

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial 2.5 Brasil. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/2.5/br/> ou envie uma carta para Creative Commons, 559 Nathan Abbott Way, Stanford, California 94305, USA.



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA REGIONAL DE CHAPECÓ

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

HABITAÇÃO RURAL:

O SENTIDO DA NOVA MORADIA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES

DO OESTE CATARINENSE

Chapecó – SC, 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DIOGO GUSTAVO SORDI

**HABITAÇÃO RURAL:
O SENTIDO DA NOVA MORADIA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES
DO OESTE CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNOCHAPECÓ, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pelo acadêmico Diogo Gustavo Sordi, sob a orientação da professora Dra. Edilane Bertelli.

Chapecó – SC, nov. 2006

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os agricultores familiares do Oeste Catarinense que mesmo nas adversidades, organizam-se, lutam e conquistam direitos que outrora não eram reconhecidos. “Agricultura Familiar é a Mão que Alimenta a Nação”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial a todos aqueles que colaboraram para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, e também a este sonho que é formar-se em uma universidade:

- aos meus pais, Nelson e Délcia, meus irmãos, Ronaldo Cesar e Conrado Daniel, e a toda minha família, pelo apoio em todos os momentos desta trajetória;
- a minha orientadora, professora Edilane Bertelli, por socializar seu conhecimento com este acadêmico, pois mais do que orientações entre aluno-professor, construímos uma relação de amizade;
- Aos amigos de faculdade: Morgana, Richeli, Mariciana, Gustavo, Paula, Francieli, e tantos outros que fizeram parte do cotidiano nestes anos, cultivando uma relação de intensa amizade;
- aos amigos da CEF, que acompanharam o início deste trabalho e muito contribuíram;
- aos companheiros da Cooperhaf - Santa Catarina, que contribuem cotidianamente para a concretização do sonho de inúmeras famílias catarinenses;
- a todas as famílias entrevistadas, pelos fundamentais depoimentos prestados para a realização deste trabalho;
- e, por fim, à Carla, pelo permanente incentivo e pelo constante apoio para chegar a este resultado.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda a questão das políticas sociais, cidadania e habitação, de uma forma geral e analisa as mudanças que a nova moradia, seja ela reformada ou construída, gera na vida dos agricultores familiares da região Oeste Catarinense, atendidos pelos programas habitacionais. Analisar os sentidos da nova habitação para os agricultores familiares, compreendendo como ela é vivenciada por estes sujeitos e como a política de habitação rural é pensada pelos agentes institucionais envolvidos é pressuposto para verificarmos a implementação desta política na região. Para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso foram utilizadas pesquisas bibliográficas e documentais, através de livros, artigos científicos e periódicos. A análise das entrevistas e interpretação destas foi realizada através da abordagem qualitativa. Para a coleta de dados foi utilizada entrevista com agricultores familiares de diferentes microrregiões do Oeste Catarinense e com representantes dos agentes de operacionalização dos programas habitacionais (Caixa Econômica Federal – CEF, e Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos Três Estados do Sul - Cooperhaf). A política habitacional rural foi implementada a partir de 2003, proporcionando uma melhor qualidade de vida ao homem do campo, que com as sucessivas crises não teria condições de sozinho, melhorarem suas condições de moradias. A satisfação da nova casa se torna um sonho realizado para aqueles que nunca antes foram sequer incluídos em uma política de habitação no País.

Palavras-chave: política habitacional rural, cidadania, agricultura familiar.

RESUMEN

El presente Trabajo de Conclusión aborda la cuestión de las políticas sociales, ciudadanía e habitación, de una forma general y analiza los cambios que la nueva casa, sea ésta reformada o construida, genera en la vida de los agricultores familiares de la región oeste del estado de Santa Catarina, que son atendidos por los programas habitacionales. Analizar los sentidos de la nueva habitación para los agricultores familiares, comprendiendo como ésta es vivida por estos sujetos y cómo la política de habitación rural es pensado por los agentes institucionales involucrados es presupuesto para verificar la implementación de esta política en la región. Para la elaboración de este Trabajo de Conclusión de la carrera fueron utilizadas investigaciones bibliográficas y documentales, a través de libros, artículos científicos y periódicos. El análisis de las entrevistas e interpretación de éstas fueron realizados a través del abordaje cualitativo. Para la colecta de datos fue utilizada a entrevista con agricultores familiares de diferentes microregiones del Oeste de Santa Catarina y con representantes de los agentes de operacionales de los programas habitacionales (Caixa Econômica Federal – CEF, e Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos Três Estados do Sul – Cooperhaf). La política habitacional rural fue implementada a partir de 2003, proporcionando una mejor calidad de vida al hombre del campo, que con las sucesivas crisis no tendría condiciones de mejorar su condiciones de morada individualmente. La satisfacción de la nueva casa se convierte en un sueño realizado para aquellos que nunca antes fueron incluidos en una política de habitación en el país.

Palabras claves: política habitacional rural, ciudadanía, agricultura familiar.

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

COOPERHAF - Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos Três Estados do Sul

CEF - Caixa Econômica Federal

FETRAF-SUL/CUT - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar dos Três Estados do Sul -

PNH - Política Nacional de Habitação

PSH - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

OGU - Orçamento Geral da União

BNH - Banco Nacional de Habitação

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	9
2.POLÍTICA SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR: UM DEBATE NECESSÁRIO	16
2.1 A Política pública habitacional no país.....	21
2.2 Agricultura familiar e política pública: caracterização da realidade do Oeste Catarinense.....	25
3.POLÍTICA HABITACIONAL NO ESPAÇO RURAL: O SENTIDO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE	33
3.1 Política habitacional para a agricultura familiar: novo caminho em questão.....	33
3.2 Entrevistas: entendendo a realidade pesquisada	39
3.2.1 Cooperhaf e CEF: a visão dos agentes institucionais dos programas habitacionais	41
3.2.2 Agricultores Familiares: o sentido da moradia digna	49
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59

1. INTRODUÇÃO

Colonizada no início do século XX por imigrantes vindos do estado do Rio Grande do Sul, o Oeste Catarinense se insere definitivamente na economia nacional, caracterizando-se pela pequena agricultura familiar diversificada. Atualmente com cerca de 88 mil unidades familiares de produção, a região é responsável por cerca de 50 % da produção agrícola do estado de Santa Catarina. Silvestro et al. (2001) define a região oeste englobando 95 municípios e a alicerça como um dos grandes exemplos brasileiros de potencial da agricultura familiar.

Ao longo dos anos, sucessivas crises influenciaram o setor agrícola da região, dificultando permanência do agricultor em sua atividade. Ao caracterizar os agricultores da região, Silvestro et al. (2001) apresenta como grupo predominante aqueles que vivem da agricultura, mas não conseguem realizar investimentos na propriedade (em transição) e aqueles já descapitalizados, também chamados de periféricos, especificamente dependentes de políticas públicas. Estes dois grupos correspondem a 71% dos estabelecimentos agrícolas da região.

O contexto agrícola da região Oeste Catarinense que diz respeito a implementação das políticas sociais é secundário em relação àquelas destinadas ao espaço urbano. Esse processo histórico é determinado pelo significativo êxodo rural da região, observado pela pouca densidade demográfica do espaço rural local, resultando no conceito de que à zona rural somente política de produção. Essas políticas, em sua maioria moldadas sobre aportes produtivos, eram pensadas exclusivamente para possibilidades de aumento da produtividade do setor. Poucas eram as alternativas que consideravam a qualidade de vida da família agricultora.

A relação da sociedade brasileira com o tema da agricultura familiar vem se transformando de maneira nítida nos últimos anos. A incorporação de novas perspectivas do

Estado em relação à agricultura familiar demonstra a valorização do espaço rural, com implementação de diversas políticas voltadas ao homem do campo. Mas tal valorização não é suficiente para superar a crise que assola a área rural. A implementação de políticas públicas apropriadas à melhora das condições de vida, efetivando um programa de desenvolvimento no campo, expandindo desse modo o acesso à terra e assegurando recursos, tanto destinados à produção quanto à qualidade de vida, se faz necessária no contexto atual.

Essa perspectiva é incorporada na política habitacional do Governo Federal, na gestão 2003/2007, através da qual é possibilitado pela primeira vez o acesso a recursos para investimentos habitacionais aos agricultores familiares. Caracterizando-se pela produção diversificada baseada na agricultura familiar, o Oeste Catarinense tornou-se uma das primeiras regiões do país a implementar tal política, sendo investidos R\$ 78 milhões, beneficiando 6.063 famílias (JORNAL DA CAIXA, 2006).

Nos últimos anos, diversos programas de incentivo aos agricultores familiares estão sendo implementados pelas três esferas de governo. Decorrentes da tentativa para minimizar os problemas do campo, essas políticas oportunizam tanto linhas de crédito para investimentos em infra-estrutura da propriedade quanto visam estabelecer um desenvolvimento social, econômico e ambiental integrado, proporcionando assistência técnica e capacitação destes agricultores.

Silvestro et al. (2001) observa que o mundo rural é tão heterogêneo quanto o urbano, necessitando mais do que uma política agrícola. Uma visão multidisciplinar, em sintonia com a realidade e com as potencialidades locais, é pressuposto para o desenvolvimento de uma política rural, aonde suas opções, instrumentos e investimentos sejam voltados também à qualidade de vida do agricultor. Nesse sentido Ferrari (2003) destaca que fortalecer a agricultura familiar é proporcionar cidadania no campo. Ao fazer tal afirmativa insere a zona rural como um espaço de vida e trabalho de famílias, área de socialização das relações sociais, onde o cotidiano familiar transforma-se em socialização, produção e trabalho em um mesmo local.

Aliado ao “atraso” histórico das políticas sociais em prol do rural, configura-se como preocupante o que Ferrari (2003) analisa como atual situação da agricultura familiar na região Oeste Catarinense. Considera a concentração da produção nas mãos de poucos, a exclusão de agricultores que não se adequaram aos anseios das agroindústrias, sendo estes excluídos da produção aos complexos agroindustriais, a descapitalização e decomposição social, e o êxodo rural como expressões fortemente ligadas ao cotidiano.

A implementação de políticas sociais à zona rural não devem ficar “a reboque” do espaço urbano. A efetivação dessa capacidade de resposta depende de medidas de apoio do setor público (TESTA, 1996). A questão habitacional surge nessa perspectiva.

Apesar de representar uma histórica demanda, poucas foram as “alternativas” criadas para resolver a problemática da habitação rural, sendo que a política habitacional começou a ser implementada no país somente nos últimos anos. Maricato (1987, p.29) destaca que os programas habitacionais no país “redundaram em constantes fracassos, além de representarem muito pouco quantitativamente diante das necessidades sociais”.

As constantes crises que afetam o setor agrícola refletem na capacidade de investimento do agricultor. Nesse contexto a intervenção do Estado é fundamental para estabelecer um mecanismo de apoio a esta demanda historicamente determinada, atuando como nucleador das expressões configuradas nessa conjuntura. Diante disso, a existência de fontes permanentes de investimentos destinados pelo setor público ao meio habitacional, em recursos suficientes para enfrentar o déficit, torna-se prerrogativa para a superação desta demanda.

Estudo realizado no ano de 2000 pela Fundação João Pinheiro apresenta, para o espaço rural catarinense, um déficit habitacional de 24.133 moradias. Este número,

[...] engloba tanto aquelas moradias sem condições de serem habitadas devido a precariedade das construções, ou em virtude de terem sofrido desgaste de estrutura física e que devem ser repostas, quanto aquelas decorrentes da coabitação família ou moradias em locais destinados a fins não residenciais.
(FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005, p.07).

A habitação, um direito social, deve ter sua implementação ancorada em políticas efetivadas por uma política pública de Estado, através do atendimento das necessidades básicas da população, materializando o acesso aos direitos de cidadania. A Política Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades, discute e cria uma alternativa de acesso à população rural a uma moradia digna. Esta política objetiva a universalização do acesso à moradia, promovendo o atendimento à população de baixa renda, observando a gestão democrática, o controle social e a transparência nas decisões e procedimentos adotados (BRASIL, 2004).

As considerações apresentadas incentivaram-nos a buscar maior conhecimento sobre a política habitacional para o meio rural, compreendendo como ela é pensada pelos representantes dos agentes envolvidos em sua implementação e como ela é vivida por aqueles que são seus maiores beneficiários, os agricultores. Buscamos compreender como eram as condições anteriores de moradia destes sujeitos, aprofundando o estudo da questão habitacional enquanto direito social.

Na pesquisa social que foi desenvolvida, propomos uma abordagem metodológica qualitativa, trabalhando com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 22).

O *locus* desta pesquisa compreendeu a política de habitação implementada pelo Governo Federal voltada à zona rural, mais especificamente à agricultura familiar no Oeste Catarinense. Esta região possui diversas definições político-territoriais. Para este estudo entendeu-se por Oeste Catarinense o que Silvestro et al. (2001) delimita como área abrangente: região com 95 municípios, englobando diversas microrregiões, indo do meio oeste catarinense até a fronteira com a Argentina.

O processo de investigação inicial se deu através da pesquisa documental e bibliográfica. A bibliográfica compreendeu os estudos publicados sobre política de habitação,

sua concepção, experiências e características. Também foram abordados estudos (publicados ou não) sobre as características da região aonde será realizada a pesquisa, bem como publicações de contextualização e conjuntura sobre agricultura familiar. Entre as categorias utilizadas destacaram-se: política social, política pública e cidadania, tendo por base os preceitos de Demo (1994), Faleiros (2004) e Tomazi (1993). A categoria habitação foi referenciada através dos autores: Maricato (1987), Souza (1995), Silva Costa (1995) e Silva e Silva (1989). Para o embasamento sobre agricultura familiar utilizamos Abramovay (1998), Silvestro et al. (2001) e (1995) e Testa (1996).

Foram utilizadas informações sobre as diretrizes dessas políticas, suas concepções, quem são seus fomentadores e sobre a implementação atual da política habitacional na região envolvida. Foram ainda estudados os pressupostos da produção dos sentidos, analisando o sentido da nova moradia aos agricultores familiares, como essa nova política rural é vivenciada por eles e a compreensão dos sujeitos institucionais envolvidos.

Como critério de seleção das famílias foram utilizados, além da necessidade de ser contemplado nos programas habitacionais, a inserção nas diferentes modalidades existentes nos programas habitacionais e a aceitação em realizar as entrevistas. Para a realização das entrevistas foi mapeado o local onde se encontra implementada a política de habitação aos agricultores familiares, no momento atual. Estas informações foram obtidas junto às instituições envolvidas no processo: a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos Três Estados do Sul – Cooperhaf, e a Caixa Econômica Federal - CEF.

A pesquisa documental teve como foco a identificação e análise de documentos e informações relativas às políticas públicas voltadas ao meio rural, em especial a esta nova modalidade de política habitacional. Os dados quantitativos incorporados a pesquisa foram obtidos junto à CEF, no setor de desenvolvimento urbano, banco de dados do Ministério das Cidades, através do CD-room do censo habitacional de 2000, de informações obtidas junto à Cooperhaf, e outras fontes que auxiliaram na pesquisa.

Também foi utilizada como fonte uma instituição que está consolidada historicamente também pela sua atuação na área habitacional: a Caixa Econômica Federal, que é a agente operacionalizadora da política da habitação no País; e uma entidade formada pelos próprios agricultores: a Cooperhaf, ligada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar dos Três Estados do Sul – Fetraf-Sul/CUT. Esta Cooperativa de Habitação é a agente organizadora dos agricultores filiados aos sindicatos municipais da base Fetraf-Sul/CUT, e a responsável pela implementação dos projetos sociais e de engenharia/arquitetura.

Um segundo momento, compreendeu a pesquisa de campo junto aos sujeitos envolvidos na política de habitação rural. As entrevistas foram realizadas com três famílias de agricultores familiares de diferentes municípios da região Oeste Catarinense. Também foram entrevistados, um representante da CEF - supervisor de desenvolvimento urbano, e um representante da Cooperhaf - através de um representante de sua diretoria em Santa Catarina.

A seleção dos entrevistados e das entidades deu-se de forma intencional, abordando sujeitos já envolvidos no processo e conhecedores da operacionalização da política habitacional. Nas entrevistas com os agricultores familiares foram selecionados sujeitos que já construíram e já estão residindo nas moradias. Todas as entrevistas foram gravadas oferecendo, dessa forma, credibilidade e segurança à pesquisa e aos envolvidos, com devida autorização dos entrevistados, apresentando termo de consentimento para tal.

Nas entrevistas foram observadas um roteiro delimitado ao objeto de estudo, tratando da amplitude do tema e apresentando cada questão de forma mais aberta possível. Com as questões gerais suficientemente amplas para a discussão sobre o tema, Duarte e Barros (2005) observam que a entrevista semi-estruturada poderá ser orientada pelo entrevistado, de acordo com a variação de suas respostas. Cabe ao entrevistador a valorização do conhecimento do entrevistado, observando como ponto central o objetivo do pesquisador anteriormente delimitado.

Ao desenvolver esta pesquisa sobre a habitação voltada à zona rural, pretendeu-se identificar as diretrizes da política de habitação e sua inserção na área rural, em que medida esta política insere uma nova perspectiva de vida e qual é o sentido desta para os agricultores familiares. Desse modo, estruturamos este trabalho apresentando no primeiro capítulo uma discussão geral sobre políticas públicas, contextualizando brevemente a política habitacional no país, passando logo após a uma reflexão sobre a política pública para a agricultura familiar.

No segundo capítulo apresentamos o atual momento da política habitacional rural em curso, retratando as entrevistas realizadas com os agentes institucionais envolvidos na implementação desta política na região oeste catarinense, e as entrevistas com as famílias agricultoras beneficiárias.

Finalizando, apontamos nas considerações finais observações pertinentes a todo este processo de pesquisa e a conclusão deste estudo.

2. POLÍTICA SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR: UM DEBATE NECESSÁRIO

As políticas sociais atravessam o cotidiano da população. Sentir-se pertencente a sociedade significa perceber-se como cidadão. A articulação política das diversas forças que compõe o Estado, em seu contexto dinâmico, concretiza a efetivação de políticas sociais aplicadas ao cotidiano da sociedade. As ações do governo incrementam possibilidades de intervenção, apontando a necessidade de atuação profissional. Para tal é necessário compreender a sociedade através do processo teleológico gerador destas políticas, que são capazes de concretizar a qualidade de vida à população.

A política social, pensada em si mesma, desligada das suas determinações e das relações dinâmicas do Estado, vai resumir-se à compreensão casuística de uma realidade aparente. Daí a necessidade de uma compreensão do contexto global em que ela se desenvolve. (TOMAZI,1993, p.110)

A política social consiste em uma estratégia governamental que, especificada em sua concepção ideológica, define a forma de sua operacionalização. Políticas assistenciais, sócio-econômicas e participativas interligam-se e especificam a necessidade de autonomia contextualizando assim, a combinação de políticas emancipatórias.

Tais políticas permeiam uma discussão no seio da sociedade. A estrutura societária coloca a questão social como central nas discussões pertinentes a igualdade. As dificuldades encontradas pela população no dia-a-dia para acessar os direitos, mostra a maneira pela qual a sociedade trata seus pares. A questão social, resultante da estrutura estabelecida, suscita a discussão de alguns aspectos relevantes na sociedade, entre eles as dificuldades de acesso aos direitos sociais, e conseqüentemente, a consolidação da cidadania.

Garantir direitos corresponde a ter como pano de fundo projetos societários com determinações históricas. Isso se explica, pois o não acesso aos direitos deve se configurar como passagem para a concretização da equidade social.

No mundo de hoje, os direitos sociais transformaram-se em luta primordial para a construção de uma sociedade mais justa. Mesmo frente aos conflitos existentes na vida em sociedade, os direitos sociais são concebidos como fonte norteadora da luta social e sua implementação é tida como pressuposto de cidadania.

Chauí (1984) lembra que a cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de lutas. Os dois moldes de cidadania, passiva, outorgado pelo Estado, e ativa, o cidadão como portador de direitos, devem ser ancoradas pelo acesso à informação sobre o que é prerrogativa de direito.

A garantia de acesso aos direitos sociais deve passar de uma premissa de governo para uma questão de Estado. Mas despertar o conhecimento do que é direito, através da informação é o primeiro passo de concretização da defesa e do fortalecimento da cidadania. Jacobi (2002) afirma que a política social é o elemento constitutivo da cidadania.

A política social é concebida como questão de cidadania e de direito, direcionada ao enfrentamento da desigualdade social. Voltada à emancipação do cidadão, configura-se como incremento estrutural, defendendo direitos e cidadania. “Cidadania é o que poderíamos chamar de qualidade política da população” (DEMO,1994, p.37).

Os diversos conceitos de política social surgem em prol da busca e implementação de direitos, relacionando-se com as exigências do capital e com as lutas sociais. Assim, as políticas sociais interferem na articulação entre o político e o econômico, onde ao mesmo tempo em que são voltadas às classes populares, ilustram um aparato de continuação do sistema vigente. Dessa forma, tornam-se campo de mediação entre a subsistência do trabalhador e a acumulação capitalista.

As políticas sociais não são estáticas e dinamizam sua configuração de acordo com o compromisso social daqueles que as implementam. Várias são as áreas e os interesses dessas políticas, comprovando a complexidade do tema. Os movimentos sociais e a sociedade civil atuam como aparelhos de pressão para a efetivação de políticas sociais comprometidas e voltadas às demandas. Em contraponto a isso, o interesse do capital influencia em sua dinâmica através do *lobby* feito frente ao Estado.

A articulação e o desenvolvimento das políticas sociais [...] são condicionados pela forma de organização do Estado, situado numa área institucional forjada pelo bloco no poder no contexto da correlação de forças sociais. (FALEIROS, 2004, p.67).

As políticas sociais compreendem o conjunto de ações regulamentadas e operacionalizadas, em sua essência pelo Estado, no sentido de garantir o bem estar da população. Demo (1994) contextualiza que no Brasil, historicamente, as políticas sociais sempre estiveram intimamente ligadas aos interesses do mercado e do sistema capitalista, apresentando heranças de caráter conservador, quando da adoção de medidas autoritárias e desmobilizadoras, e de caráter liberal quando se manifesta de maneira seletiva.

No período que envolve a convocação da Assembléia Constituinte em 1986 até a promulgação definitiva da Constituição Federal de 1988, se assiste a intensificação dos debates sobre as políticas sociais, apontando para sua democratização. Este contexto envolve a emergência dos movimentos sociais, da luta contra a ditadura e em favor da democracia. A proposta então em debate defendia a descentralização das políticas públicas bem como uma participação ativa da sociedade civil nos processos decisórios.

No entanto, no final dos anos 1980 e início de 1990, vive-se uma conjuntura de crise econômica, e portanto, adversa à efetivação de tal proposta. A globalização da economia e a reorganização do capitalismo mundial levaram o Estado brasileiro a integrar-se num conjunto de medidas centradas na estabilidade econômica. Apesar de haver maiores investimentos com gastos sociais, ocorre uma má aplicação destes recursos destinados as políticas sociais,

describibilizando a atuação do Estado perante as demandas da população. O momento social deste contexto acirra as desigualdades sociais, o aumento da pobreza, as formas de exclusão e supressão de direitos.

Neste âmbito, percebe-se que a tendência descentralizante das políticas públicas, pautada na Constituição Federal de 1988, aproxima-se muito mais de um movimento chamado de desconcentração¹, no qual se delega apenas responsabilidades e tarefas, ao invés de uma real descentralização, que deve transferir poder de decisão, de ação e de recursos.

Contudo, as políticas sociais no contexto brasileiro caracterizaram-se por uma ação secundária em relação ao desenvolvimento econômico, estando intimamente ligadas aos interesses do mercado e do sistema capitalista. Nesse sentido as políticas sociais foram, ao longo da história, atuando de forma emergencial e atrelada à primazia dos interesses do capital. Yazbek (1999) aponta que as políticas sociais no país são fragmentadas, sem regras estáveis ou reconhecimento do direito. Para ela, as políticas sociais estão conseqüentemente influenciadas pelo enfrentamento da questão social, permitindo um acesso discriminado a recurso e serviços.

As políticas sociais podem ter um corte público ou privado. Iamamoto (1998) aponta que,

[...] as políticas sociais públicas são uma das respostas privilegiadas à questão social, ao lado de outras formas, acionadas por distintos segmentos da sociedade civil, que têm programas de atenção à pobreza, como corporações empresariais, organizações não-governamentais, além, de outras formas de organizações das próprias classes subalternas para fazer frente aos níveis crescentes de exclusão social a que se encontram submetidas. (IAMAMOTO, 1998, p.58).

Silva e Silva (2000) concebe as políticas públicas tanto como um conjunto de ações quanto de omissões do Estado, decorrente de decisões e não decisões, condicionados de acordo com os processos econômicos, políticos e sociais. Também compreendidas como linhas de ação coletivas que concretizam os direitos sociais, inseridos, declarados e garantidos em lei, mas readequados de acordo com as relações estabelecidas para seu acesso.

¹ Ver Jacobi (2002).

Yazbek (1999) considera que uma das alternativas para a distribuição de serviços e bens, demandados pela sociedade, se dá somente mediante a implementação das políticas públicas.

Para Pereira apud Tumelero (2005), a política social refere-se às modernas funções do Estado capitalista de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais, classificados como direitos de cidadania.

O acesso às políticas públicas torna-se sinônimo de cidadania. Faleiros (1998) considera que cidadania é,

O exercício dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, éticos, que foram construídos historicamente através das leis, normas, costumes, convenções, que fazem com que os indivíduos sejam reconhecidos como membros ativos de uma determinada sociedade, podendo exigir dela os seus direitos, ao mesmo tempo que ela exige determinados deveres. Os deveres do Estado são, por sua vez, direitos do cidadão. (FALEIROS, 1998, p.41).

O papel do Estado na constituição das políticas públicas é preponderante. Mas estas não podem ser modificadas de acordo com os interesses daqueles que hora ou outra estão no poder central. Pereira (2001) apud Tumelero (2005) afirma que,

Política pública não é sinônimo de política estatal. A palavra ‘pública’, que acompanha a palavra ‘política’, não tem uma identificação exclusiva com o Estado, mas sim com o que em latim se expressa como *res publica*, isto é, coisa de todos, e por isso, algo que compromete, simultaneamente, o Estado e a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo e do mercado (PEREIRA, 2001, apud TUMELERO, 2005, p.222).

A constituição de políticas estatais garante investimentos e amplia a cidadania. Concretizar direitos demandados pela sociedade ou previstos em lei se torna pressuposto das políticas públicas estatais, permitindo implementar programas de distribuição de bens e serviços, desenvolvidos seja pelo Estado e com participação, através de contratos ou convênios, de empresas ou entidade.

2.1 A Política pública habitacional no país

O déficit habitacional corresponde atualmente a uma das grandes demandas sociais e um desafio para o Estado. Ao longo dos anos foram implementados programas na tentativa de minimizar essa situação, mas sem resultados eficazes.

Na década de 1960 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), com o intuito, segundo Silva e Silva (1989), de financiar moradias populares. A conjuntura da época se voltava a criar um clima de estabilidade social, necessário ao momento delicado em que passava o país, em que foram suprimidos pelo golpe militar de 1964, todos os direitos políticos e civis dos cidadãos brasileiros.

Ao longo dos anos o BNH passou sistematicamente a orientar também seus recursos na produção de infra-estrutura urbana. Consta-se que a criação do BNH tinha em seus objetivos propiciar moradia às classes populares. Mesmo com este objetivo, não foi efetivada a habitação de interesse social. Ao contrário, o BNH mostrou-se realizador dos sonhos da classe média e alta brasileira. Silva e Silva (1989, p.113) afirma que tal sistema resultou no “[...] financiamento da construção civil e de grandes programas que garantissem lucratividade [...]. Estas reflexões demonstram que a denominação função social do Banco Nacional de Habitação foi sufocada pela sua obstinação na busca pela lucratividade”.

A política habitacional, ou a falta dela, desenvolvida neste período acarretou na inexistência de moradia à maioria esmagadora da população. Maricato (1987, p.23) afirma que “[...] as experiências pontuais de habitações subsidiadas durante o regime militar, redundaram em constantes fracassos, além de representarem muito pouco quantitativamente diante das necessidades sociais”. A autora constata que a pobreza das condições de habitação no país nada

mais é do que um reflexo das disparidades que podem ser observadas na redistribuição de renda.

A política habitacional brasileira junto às classes média e alta é definida pela forte presença do Estado, que estruturou uma rede de agentes financiadores privados, fortalecendo o mercado imobiliário e a indústria da construção civil. Em contrapartida há ausência do Estado junto a grande maioria da população. Maricato (1989, p.71) afirma que “a política habitacional implementada teve como resultado inequívoco o desconhecimento das necessidades habitacionais do país”. Este fato comprova-se segundo as estimativas de que “[...] os investimentos do BNH com famílias cujas rendas situavam-se nas faixas entre um e cinco salários mínimos não passou de 0,90%” (idem, p.46), do total investido. O que se observa é o que Maricato (1989, p.171) aponta como “[...] incompatibilização dos objetivos econômicos, que predominam na prática, e os objetivos sociais, expressos somente nos discursos”. Estes fatores demonstram o fracasso da função social do BNH.

Para Souza (1995, p.16) “[...] as políticas públicas para a habitação assumem um caráter paliativo e favorecem mais as empresas imobiliárias que as camadas da população detentoras de baixa renda familiar”. O autor pondera que o não reconhecimento dessa demanda e a falta de uma política efetiva à população de baixa renda expressam que “a moradia passa a ser entendida como um problema individualizado” (idem, p.54).

Nessa perspectiva de política, a população de baixa renda permanece em uma condição precária de moradia, em locais sem infra-estrutura, acelerando o processo de urbanização desorganizada e de favelização nos grandes centros urbanos. Silva e Silva (1989, p.40) destaca que diante desta conjuntura, fica “[...] cada vez mais distante a concepção de que o acesso à moradia é uma questão de qualidade de vida e não de exploração, e acima de tudo, é um direito fundamental do cidadão”. Verifica-se que as demandas habitacionais não são só diferentes para os diversos setores sociais, como também variam e se transformam com a própria dinâmica da sociedade (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005).

Em mais de 40 anos de história o BNH passou por diversas mudanças. Criado para realizar o sonho da casa própria da população de baixa renda, o sistema acabou se voltando para o financiamento da classe média. Acabou extinto em 1986, durante o governo Sarney, quando incorporado pela CEF.

Com incorporação do BNH pela CEF, esta passa a ser a responsável por gerir o sistema financeiro habitacional e fiscalizar as sociedades de créditos imobiliários (BRASIL, 2004). Ao mesmo tempo, a CEF iniciou o processo para ser o principal agente das políticas sociais do governo federal. Mas a concepção de política, sua implementação e sua formulação continua sendo de responsabilidade do Estado.

Durante a década de 1990 a política habitacional não foi concebida como prioridade nos governos, e dessa forma, não teve maiores investimentos. Portanto não houve um plano ou política efetiva de habitação no país nesse período. As poucas ações foram direcionadas ao financiamento para classe média alta. Diante disso, a demanda habitacional cresceu cada vez mais.

A Fundação João Pinheiro (2005) aponta que no ano de 2000 havia um déficit habitacional de 5.890.139 moradias, sendo 4.140.088 urbanas e 1.750.081 rurais. Proporcionalmente ao número de habitantes do país, o percentual do déficit habitacional em relação aos domicílios brasileiros, é de 13,2%, sendo destes 11,1% em relação a população do espaço urbano e 23,6% em relação a população da zona rural. Em Santa Catarina o percentual total é de 6,8%, sendo o estado com menor déficit do país. O meio urbano tem um déficit de 6,4% no estado, e a zona rural de 8,2%, proporcionalmente ao número de habitantes do estado. Conforme indicam os dados, os percentuais de déficit habitacional são maiores nas áreas rurais.

No ano de 2002 inicia uma nova fase na conjuntura política do país. Com a eleição de um governo capitalizado sob a figura de Luis Inácio Lula da Silva, primeiro presidente tido ideologicamente de esquerda, mas aliado a outras forças políticas, o país inicia um grande debate sobre as necessidades de investimentos no setor habitacional. A criação do Ministério

das Cidades, que tem em suas diretrizes o desenvolvimento urbano do país, é um exemplo desta nova fase da habitação. Juntamente são criados diversos programas e parcerias que contribuem para o desenvolvimento habitacional. A Política Nacional de Habitação – PNH, de 2004 objetiva a universalização do acesso à moradia, promovendo o atendimento à população de baixa renda (BRASIL, 2004).

Atualmente os recursos destinados a programas habitacionais são oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Orçamento Geral da União (OGU). Através do FGTS a CEF vem implementando várias modalidades de financiamentos destinados à habitação rural, seja através de recurso a fundo perdido ou através de financiamento.

Os valores estão dispostos tanto entre o meio urbano quanto ao meio rural. Um dos programas mais utilizados para a implementação da política habitacional atualmente é a chamada resolução 460 – Carta de Crédito FGTS Operações Coletivas². Tal programa é gerenciado pela CEF, sendo aprovado pelo Conselho Curador do FGTS, composto por representantes do Governo Federal e da CEF. A resolução tem como objetivo proporcionar habitação para famílias com renda de até cinco salários mínimos, com recursos do FGTS e OGU, com subsídio que varia de acordo com a região e com a renda familiar (JORNAL DA CAIXA, 2006).

2.2 Agricultura familiar e política pública: caracterização da realidade do Oeste Catarinense

Diante das constantes crises do setor agrícola na região Oeste Catarinense, a intervenção do Estado se torna cada vez mais importante. Na década de 1970 a intervenção estatal no setor

² A política habitacional rural também conta com recursos oriundos da caderneta de poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS

foi fundamental para impulsionar o que foi chamado de modernização agrícola, graças aos programas de assistência técnica e crédito agrícola subsidiado, mas atendendo somente parcela dos agricultores. Todavia, nos anos 1980 os agricultores foram excluídos das políticas sociais devido à falta de incentivo. Alguns programas iniciados na década anterior não tiveram continuidade, permanecendo somente aqueles destinados aos proprietários com boa infraestrutura na propriedade.

Em meados da década de 1990 houve a implementação de uma política específica voltada aos agricultores familiares: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)³. Este propunha um padrão de desenvolvimento sustentável do setor nos campos econômico, social e ambiental, de forma a produzir um novo modelo agrícola nacional (BRASIL, 2001, p.2). Este apresentava uma nova idéia de programas voltados aos agricultores familiares, diferenciando-se do modelo agrícola adotado até então.

Com a implementação do Pronaf, os agricultores familiares do Oeste Catarinense começaram a ser incluídos socialmente, devido a sua inserção em programas de crédito, de renda e de produção, principalmente por a agricultura familiar ser a base de sustentação econômica da maioria dos municípios. Assim, uma política agrícola específica e voltada a este segmento é pressuposto de melhoria na economia regional.

A própria agroindústria, que tem na região Oeste Catarinense o maior pólo de suínos e aves do país, é alicerçada historicamente na agricultura familiar. Abramovay (1998) afirma que esta região é um dos grandes exemplos brasileiros do potencial demonstrado pela agricultura familiar na alavancagem do crescimento econômico regional.

Segundo Testa (1996), ocupando uma área aproximada de 25 mil m², a região Oeste Catarinense produz mais de 50% do valor da produção agrícola do estado, distinguindo-se em suínos, aves, milho, leite, feijão, soja e fumo. O relevo é montanhoso, com apenas 1/3 da área apta para culturas anuais. Estende-se da fronteira com a Argentina ao oeste, até Planalto

³ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf foi criado com a edição do decreto nº 1.946 de 28/06/1996.

Catarinense ao leste, e ao sul pelo estado do Rio Grande do Sul e ao norte pelo estado do Paraná, ocupando 25% da superfície estadual.

Outra particularidade da região Oeste Catarinense é o processo produtivo agrícola. Durante a colonização da região o processo produtivo estava organizado em torno da unidade familiar, inicialmente mais voltado para a subsistência e posteriormente, com o surgimento de oportunidades de comercialização, vinculando-se com o mercado.

Silvestro (1995) considera que a agricultura familiar sempre foi a base econômica regional, ainda existindo uma forte vocação agrícola. “A produção agrícola do oeste catarinense repousa basicamente sobre a exploração familiar, a qual a permanência deste segmento da agricultura é fundamental para o desenvolvimento equilibrado do meio agrícola regional” (idem, p.335).

Apesar de a agricultura familiar ser o maior segmento em número de estabelecimentos agrícolas tanto no País, quanto no estado de Santa Catarina e da Região especificada nessa pesquisa, passou a ser incluída de forma definitiva nas políticas de desenvolvimento rural brasileiro apenas com a implantação do Pronaf.

A desigualdade estrutural observada na disposição das políticas públicas ao longo do tempo entre o urbano e o rural, produziu e reproduziu a significativa divisão de investimentos, a fragmentação de recursos e possibilidades de acesso aos recursos existentes. A ainda perceptível pobreza no campo é resultante de uma estrutura social consolidada através de mecanismos econômicos e sociais. Mesmo com a implementação do Pronaf, observa-se que há uma capacidade desigual de dispor dos recursos sociais, fazendo com que a distribuição dos bens e serviços públicos entre o urbano e o rural, continue sendo desigualmente distribuída.

Sendo o Oeste Catarinense uma região de grande concentração de agricultores familiares, Silvestro (1995) parte do pressuposto que a agricultura familiar deve receber um tratamento especial dos governos em relação às políticas públicas, em decorrência de sua importância sócio-econômica e de ser o agente fundamental para um desenvolvimento

sustentado da agricultura. A agricultura familiar e, conseqüentemente, os agricultores familiares são, sem dúvida, os sujeitos para a construção de uma agricultura sustentável, que prioriza as questões sociais, econômicas, culturais e ambientais. Para isto, é necessário que o governo, em seus três níveis, continue destinando suas ações também para a agricultura familiar, hoje voltadas quase que exclusivamente à agricultura patronal, principalmente a destinação dos recursos⁴.

Não existe um padrão único de agricultura. Entre os conceitos utilizados para definir o que é a agricultura familiar, Abramovay (1995), afirma que a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm dos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento.

No mesmo sentido, Silva (2001), afirma que a agricultura familiar se caracteriza por possuir o trabalho familiar como base fundamental para sua manutenção e da propriedade. Ao mesmo tempo em que a família é a proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Estes autores apresentam três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar.

Neste trabalho, utilizaremos a denominação agricultor familiar adotada por Silvestro (1995), que define como predominância a interação entre gestão e trabalho, com ênfase na diversificação produtiva, definição também utilizada pelos autores citados acima. Este modelo é praticado em três tipologias:

- agricultura familiar consolidada: estabelecimentos integrados ao mercado e com acesso às inovações tecnológicas, com adoção de alguns padrões empresariais – corresponde a 36% dos estabelecimentos rurais do Oeste Catarinense;

⁴ Apesar dos recursos destinados ao Pronaf terem sido ampliados significativamente, passando de R\$ 2,4 bilhões em 2002 para R\$ 9 bilhões em 2006, ainda é muito inferior em comparação aos destinados ao agronegócio. O volume de recursos disponibilizado à agricultura patronal brasileira passou de R\$ 27,2 bilhões em 2003/2004, para R\$ 39,5 bilhões em 2004/2005 e para R\$ 44,3 bilhões no Plano 2005/2006. Disponível em: www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2006/MENSAGEM/mens/2-pol_setoriais.pdf. Acesso em 27/10/2006.

- agricultura familiar de transição: acesso parcial às inovações tecnológicas e aos mercados, pouco acesso aos programas governamentais – corresponde a 36% das propriedades;
- agricultura familiar periférica: estabelecimentos geralmente inadequados em termos de infra-estrutura e cuja integração produtiva depende de programas governamentais – corresponde a 28% dos estabelecimentos;

Ainda devem ser proprietários, arrendatários, ou concessionários de terras, residir no meio rural e não dispor de área superior a quatro módulos fiscais⁵.

As políticas públicas voltadas à agricultura familiar iniciaram no Brasil a partir da segunda metade década de 1990. O surgimento dessas políticas teve como fatores, que podemos apresentar como preponderantes, o crescente quadro de exclusão social no campo e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais.

Isso revela tanto a fundamental organização dos agricultores familiares, quanto a necessidade de implementar uma efetiva política agrícola, destinada a este segmento. Orientar e promover a área rural, a curto, médio e longo prazo, mantendo e elevando o nível de vida da população rural torna-se pressuposto de uma política agrícola coerente. Mas tal política somente era identificada nas políticas de safra, e de forma insuficiente. Outros aspectos importantes que colocam ao meio rural a necessidade de uma política específica e maiores investimentos é a inexistência ou má qualidade de infra-estrutura, saúde, educação e lazer.

Entretanto, o surgimento de políticas públicas destinadas à agricultura familiar não garantiu um real investimento no setor. Abramovay (1998) destaca que no início da década de 90 houve, por parte do governo federal e dos governos estaduais, redução nos gastos com as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e, muitas vezes, a extinção de instrumentos existentes. Dessa forma, as poucas ações da política foram desmanteladas sem que

⁵ A unidade de medida padrão que caracteriza a agricultura familiar corresponde a quatro módulos fiscais.

novos instrumentos e políticas fossem construídos, sob a égide do ideário neoliberal que prega que o mercado deve ser o regulador da produção.

Retratando o início da década de 1990, Silva Costa (1995, p.45) afirma que,

As políticas sociais no contexto das prioridades governamentais caracterizam-se pela implementação de um conceito de eficiência, no qual os interesses econômicos prevalecem sobre os interesses sociais [...] por sua vez, a discriminação contra a agricultura familiar reduziu o nível de investimento, produzindo êxodo rural de enormes proporções. Esta discriminação realizou-se em diversos setores, inclusive nos investimentos em escolas, saúde, saneamento básico e habitação. Investiu-se excessivamente no meio urbano e quase nada no meio rural. Os poucos que se fizeram foram investimentos direcionados à produção [...].
(SILVA COSTA, 1995, p.45)

O primeiro passo para a mudança de mentalidade sobre a política destinada aos agricultores familiares ocorreu por meio da implementação do Pronaf, no final da década de 1990. O Pronaf prevê ações de assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária, capacitação e profissionalização dos agricultores familiares. Delimita-se, entre outros, em melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante a promoção do desenvolvimento rural sustentável (Brasil 2001:04). Esta política foi o preâmbulo para a verificação por parte do Estado da heterogeneidade do meio rural e da necessidade de recursos.

Silvestro (1995) aponta que a revalorização da área rural implica necessariamente uma concepção positiva em favor da pequena propriedade rural, com constantes e necessários investimentos estatais. Concepção equivalente tem Abramovay (1998:84), ponderando que a agricultura familiar tem contribuído decisivamente para a formação econômica da região Oeste Catarinense. Também destaca que,

A agricultura familiar [...] do oeste catarinense é economicamente competitiva [...], e responde adequadamente às políticas de apoio. A crise atual não é decorrente da forma de produção familiar, mas da falta de compreensão [...] do potencial dessa forma de produção, desde que convenientemente apoiada. O desafio que se coloca para a sociedade passa pela introdução de opções agrícolas e não-agrícolas, [...]

necessitando também de arranjos institucionais comprometidos com o desenvolvimento regional.
(ABRAMOVAY, 1998, p.84)

Nas últimas décadas diversas crises de fatores conjunturais assolaram a área rural, gerando um quadro de descapitalização de significativa parcela dos agricultores familiares, refletindo na intensificação do êxodo rural. Abramovay (1998) constata que houve um crescimento negativo⁶ da população rural na região Oeste entre 1991 e 1996. A consequência das constantes crises passadas pelo setor está expressa na situação colocada anteriormente pelos agricultores.

Abramovay (1998) faz uma análise da situação dos agricultores familiares de meados da década de 1990, mostrando a necessidade de mudanças nos rumos da economia. Relata que mesmo em contexto de crise não significa a inviabilidade da agricultura familiar, mas a necessidade de repensar os moldes atuais de competitividade deste setor. Aponta que a zona rural precisa agora ser considerada como base de um conjunto diversificado de atividades, injetando alternativas agrícolas e não agrícolas. Diante disso, o Estado tem um papel importante no fornecimento dos meios, sobretudo dos recursos econômicos necessários para a implementação de políticas sociais destinadas a este segmento social.

A perspectiva habitacional, voltada a um meio que nunca antes fora incorporado, surge como uma das propostas atuais de política social à zona rural. Historicamente, as políticas públicas implementadas ao espaço rural se focalizavam nos moldes da produtividade. Propunham-se aumentar os lucros e os meios produtivos necessários para tal (máquinas e equipamentos). Existiam políticas públicas com linhas de crédito que auxiliavam no plantio de lavouras, compra de equipamentos e construção de infra-estrutura para modernização do campo. O campo era observado somente enquanto perspectiva de trabalho e ganho, e não como local de vivências e de relações cotidianas familiares e sociais.

⁶ Índice de - 2% a.a. Silvestro (2001) coloca que o êxodo não se constitui um problema em si, mas um indicador da “fuga” dos jovens aos centros urbanos. Abramovay (1998) constata que 35% das propriedades agrícolas não sabem se terão sucessão.

Strapasolas (2004) aponta para a necessidade de inserir a população rural na dinâmica econômica e social, pois historicamente,

A hegemonia de um enfoque essencialmente produtivo das políticas para a agricultura, que vinculava o desenvolvimento rural às potencialidades do setor agrícola, gerou um grave problema de exclusão, tanto de territórios como de grupos sociais, marginalizados deste processo [...].
(STRAPASOLAS, 2004, p.159)

O Oeste Catarinense se insere no rol das primeiras localidades do país a usufruir da conquista habitacional rural. Segundo o Jornal da Caixa (2006) já foram assinados, desde julho do ano passado, quatro mil contratos com agricultores familiares no estado de Santa Catarina, para reforma, construção e ampliação da casa própria. Desde 2003 já foram beneficiadas pela política habitacional do Governo Federal e CEF mais de 17 mil famílias das zonas rurais de todo o Brasil. No total foram aplicados mais de R\$ 140 milhões nestes contratos. A atuação é mais concentrada nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde existe um grande contingente da população instalado no campo, trabalhando com agricultura e pecuária familiar. O déficit habitacional⁷ rural catarinense chega, segundo estudo realizado com indicadores do ano 2000 pela Fundação João Pinheiro (2005) a 24.133 moradias.

Esse novo contexto vivenciado atualmente está ligado há uma nova forma de pensar a agricultura familiar. Mais do que produtividade se pensa em proporcionar qualidade de vida àquela população. Mais do que a obra física, busca-se identificar a família, quem vive cotidianamente o meio rural, permitindo entender a realidade local e suas necessidades.

⁷ O conceito de déficit habitacional está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradia. Compreende tanto aquelas moradias sem condições de serem habitadas devido a precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004, p.07)

3. POLÍTICA HABITACIONAL NO ESPAÇO RURAL: O SENTIDO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE

3.1 Política habitacional para a agricultura familiar: novo caminho em questão

O enfrentamento do problema de moradia no país exige uma ampla participação de toda a sociedade brasileira, seja de governos, entidades, setor privado, movimentos sociais ou cooperativas. “Enfrentar o problema da moradia exige ações continuadas e permanentes, de médio e longo prazo, articulando diferentes níveis de administração pública e da sociedade civil” (INSTITUTO CIDADANIA 2000, p.19).

O déficit habitacional da área rural, considerando os recursos para a habitação no país anteriormente a 2002, passou à margem das preocupações dos programas habitacionais. A realidade encontrada no campo requer a adoção de formas diferenciadas de financiamento. Uma necessidade fundamental reside na adaptação das linhas de financiamento à realidade rural. Para isso, devem ser levadas em consideração o ciclo de atividades agrícolas da família/região, assim como as garantias de financiamento, evitando a hipoteca, que geralmente assegura o custeio da safra.

Diante da reduzida capacidade de pagamento dos agricultores familiares, verificada nas constantes crises que passa o setor nos últimos anos, várias são as alternativas que estão sendo criadas para suprir esta demanda. Recursos a fundo perdido, taxas a juros menores dos que o do mercado, prazos de pagamento diferenciados são exemplos inseridos nessa nova dinâmica. Tais fatos se justificam, pois “o déficit habitacional rural está basicamente concentrado nas famílias com renda de até dois salários mínimos” (INSTITUTO CIDADANIA, 2000, p.22). Isso

demonstra que subsidiar se torna fundamental no enfrentamento desta expressão da questão social.

É cada vez mais necessária a incorporação da política habitacional como instrumento de inclusão social e de melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. A concretização da cidadania passa também por uma moradia digna e saudável, com uma infra-estrutura adequada.

A constituição de 1988, em seu artigo 23, inciso IX, garante que é de competência da União, Estados e Municípios a promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e saneamento básico. Esse preceito constitucional deve vir aliado com outras atribuições de diferentes programas sociais.

Democratizar e descentralizar os programas sociais, inserindo a população até hoje nunca atendida, pressupõe que os programas de intervenção sejam concebidos a partir de cada realidade, considerando o contexto social, econômico e ambiental específico. Silva Costa (1995, p.38) destaca que “democratizar o acesso ao crédito é indispensável para viabilizar um atendimento massivo às necessidades de habitação no país”. Este mesmo autor também pondera que essa proposta norteia dois pressupostos principais: o acesso à moradia como direito de cidadania e a correção de injustiças históricas. O acesso à moradia digna é condição básica de cidadania, devendo receber a mesma atenção de outras áreas. Para isso, deve ser tratada como prioridade nacional, tendo garantido recursos e mecanismos institucionais para a concretização deste direito.

Atualmente existem três programas habitacionais que atendem a população rural do Oeste Catarinense: Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), Carta de Crédito – Operações Coletivas – FGTS (CCFGTS), e Crédito Solidário (FDS). Sob a ótica da realidade regional, a necessidade de investimentos públicos em habitação para a área rural é percebida quando se conhece a realidade local. Os programas habitacionais necessitam de contínuos subsídios que auxiliem os agricultores familiares a construir ou reformarem suas moradias.

Os programas desenvolvidos foram idealizados para o meio urbano, e aos, poucos, incorporados à realidade rural. O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) objetiva oferecer acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda por intermédio da concessão de subsídios. O PSH é operado com recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), através do Ministério das Cidades e conta, ainda, com o aporte de contrapartida proveniente dos estados, Distrito Federal e municípios, cooperativas e associações, sob a forma de complementação aos subsídios oferecidos pelo programa. São beneficiários do programa pessoas físicas com rendimento familiar mensal bruto não superior a R\$ 900,00.

Os recursos são disponibilizados por intermédio de oferta pública de recursos, sendo operacionalizados financeiramente pela CEF, que realiza os repasses dos recursos correspondentes aos subsídios previstos no programa. A oferta pública de recursos se dá através de leilão, selecionando dessa forma as instituições que ofereçam menores custos de operação. Os recursos advêm do Banco Central do Brasil.

Programa PSH
Modalidade: Leilão Subsidiado
Recurso: variam entre R\$ 2.000,00 e R\$ 4.500,00
Contrapartida: Municípios ou Estados que posteriormente poderão ou não cobrar dos beneficiários
Público Alvo: Agricultores com renda de até R\$ 900,00
Prazo Devolução: Variação conforme proposta da entidade promotora (Municípios ou Estados)
Fonte dos Recursos: Banco Central do Brasil

O programa mais acessado na região Oeste Catarinense atualmente é o programa Carta de Crédito - Operações Coletivas - FGTS, resolução 460. O mesmo foi implantado em 2004 e possibilita, para a zona rural, subsídios com recursos do FGTS para a compra de material de construção, seja para reforma, ampliação, melhoria ou construção de casa nova. Podem pleitear recursos os governos municipais, estaduais, cooperativas habitacionais ou associações de moradores (JORNAL DA CAIXA, 2006). Necessariamente os agricultores devem ser organizados por grupos, conforme sua localização territorial e sua faixa de renda.

Assim que os contratos individuais são assinados, três beneficiários, escolhidos pelo grupo, abrirão uma conta poupança conjunta que receberá os recursos do projeto de todas as famílias que fazem parte do grupo. Conta esta que também a CEF fará a aplicação do recurso disponibilizado ao quadro de agricultores selecionados. Essa conta será de gerenciamento, sendo que os pagamentos serão realizados diretamente para o fornecedor do material de construção, pela CEF. Os beneficiários farão somente o acompanhamento da liberação dos valores.

Os recursos destinados para tal têm duas formas de aplicação: subsidiado (caução) ou financiado (seguro de crédito). No subsidiado não há necessidade de devolução dos recursos, já que estes são disponibilizados a fundo perdido. O agricultor recebe a fundo perdido R\$ 5.990,00, ficando a outra parte de responsabilidade do beneficiário. Esta modalidade está prevista para agricultores com renda familiar mensal comprovada de até um salário mínimo.

Já para o financiado os prazos e juros são diferenciados, facilitando o pagamento. Nesta modalidade a renda familiar mensal deve ser maior de R\$ 600,00 e menor de R\$ 1.500,00, sendo parte subsidiada e outra financiada em até 96 meses. A operacionalização é a mesma descrita na modalidade de caução.

Tanto na modalidade caução quanto no seguro de crédito os recursos devem necessariamente ser aplicados em materiais de construção. Os recursos advêm do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, sendo criado para a área rural pelo seu Conselho Curador do Fundo.

Programa CCFGTS Operações Coletivas
Modalidade: Caução (fundo perdido)
Recurso: R\$ 5.907,00 (subsidiado)
Contrapartida: R\$ 2.093,00
Público Alvo: Agricultores com renda de 01 S.M.
Prazo Devolução: Não há devolução
Fonte dos Recursos: FGTS

Programa CCFGTS Operações Coletivas
Modalidade: Financiamento
Recurso: R\$ 3.000,00 (subsidiado)
Financiado: R\$6.000,00
Público Alvo: Agricultores com renda de R\$600,00 a R\$ 1.500,00
Prazo Devolução: até 96 meses
Fonte dos Recursos: FGTS

Observa-se que os agricultores com renda entre um salário mínimo e R\$ 600,00 não enquadram-se neste programa, que é o maior em operacionalização e recursos atualmente. Isso significa que uma parcela da população rural não está sendo inserida no programa CCFGTS – Operações Coletivas, que é o principal programa atualmente. Dessa forma, faz-se necessário rever os critérios utilizados pelo programa, para que todos os agricultores familiares possam ter acesso ao direito que é a habitação.

O Programa Crédito Solidário tem sua fonte de recursos no Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), criado pelo Conselho Curador do Fundo e regulamentado pelo Ministério das Cidades. Tendo como objetivo atender as necessidades habitacionais da população de baixa renda, as famílias devem possuir até três salários mínimos. O financiamento para os beneficiários da área rural pode ser de até R\$ 10.000,00 para a construção e R\$ 7.500,00 para reforma ou ampliação, sendo que o prazo para pagamento pode se estender em até 240 meses. Os valores para o pagamento das parcelas variam de acordo com o financiamento realizado, sendo pago aproximadamente R\$ 42,00 mensais pelo financiamento de R\$10,000,00, e cerca de R\$ 32,00 mensais pelo recurso de R\$ 7,500,00, isso em 240 meses.

Programa Crédito Solidário
Modalidade: Financiamento
Recurso: R\$ 10.000,00 construção R\$ 7.500,00 reforma
Contrapartida: Não há
Público Alvo: Agricultores com renda de até 03 S.M.
Prazo Devolução: até 240 meses
Fonte dos Recursos: FDS

Uma das exigências do programa é que os beneficiários devem estar necessariamente organizados por cooperativas ou associações com fins habitacionais. Estas, devem organizar a

participação de todos os envolvidos na execução do empreendimento, de forma a assegurar sincronismo e harmonia na implementação do projeto, promovendo ações necessárias para o planejamento, elaboração e implementação do projeto. Ao mesmo tempo, desenvolver o Projeto do Empreendimento e do Trabalho Técnico Social, que é obrigatório nesse programa.

Tendo a necessidade de organização por cooperativas ou associações, os beneficiários devem estar em um grupo de, no mínimo 20 famílias, que abrirão uma única conta corrente, ficando dois beneficiários e um representante do agente organizador como responsáveis pela sua movimentação. Esta conta bancária receberá os recursos do financiamento de todas as famílias.

Como percebido nos programas, os movimentos e organizações dos agricultores familiares cumprem papel relevante na proposta. São participantes no sistema de gestão e controle, contribuindo na efetividade da destinação de recursos, ou seja, que estes cheguem de modo adequado ao seu destino. Também atuam na operacionalização do programa, garantindo a construção de uma moradia digna e a melhora na qualidade de vida de cada beneficiário.

A maior entidade (não-pública) no estado de Santa Catarina que atua na área de habitação rural é a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos Três Estados do Sul – COOPERHAF. Ligada à Fetraf-Sul e atuando nos três estados do sul do país, tem como objetivo principal planejar, construir e reformar moradias para agricultores familiares, melhorando sua habitação e sua qualidade de vida. Em Santa Catarina, a Cooperhaf atua em 100 municípios, sempre em parceria seja com os sindicatos filiados à Fetraf-Sul ou com as cooperativas do Sistema Cresol Central⁸. Sua maior área de atuação no estado, bem como na região sul, está concentrada na região Oeste Catarinense.

⁸ A Cresol Central é um sistema integrado de cooperativas singulares de crédito com atuação em dois estados do Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), voltadas para financiar a Agricultura Familiar. Constituídas e dirigidas por agricultores familiares, as cooperativas se organizam de forma vertical, sendo a CRESOL CENTRAL responsável pelo relacionamento com o Banco Central e Governo Federal, administrando os programas de crédito. Existem bases regionais que operam com autonomia, respeitando os princípios definidos pela Cresol Central. O sistema mantém parcerias com diferentes organizações da Agricultura Familiar, seja em nível local, regional ou nacional, visando preservar uma linha de atuação coerente com os interesses da Agricultura Familiar. Entre os parceiros estratégicos do sistema estão ONGs, cooperativas de produção, de eletrificação, de habitação e sindicatos. Mais informações: www.cresolcentral.com.br

Segundo o Estatuto da entidade, além de efetuar planos e projetos para a melhoria das habitações dos agricultores familiares, a cooperativa tem como princípio a capacitação e formação dos agricultores, criando alternativas para a permanência destes no campo. A Cooperhaf torna-se o agente operacionalizador da política de habitação rural, construindo projetos e buscando recursos junto às três esferas de governo.

3.2 Entrevistas: entendendo a realidade pesquisada

Identificar os sentidos dessa nova política, seja para os agricultores familiares ou para os agentes institucionais envolvidos em sua implementação e operacionalização, é perceber qual o sentido desta, o que eles pensam e como eles sentem essa política. Spink (2004:49) aponta que “trabalhar no nível da produção de sentidos⁹ implica retomar também a linha da história, de modo a entender a construção social dos conceitos que utilizamos no cotidiano de dar sentido ao mundo”.

A dinâmica das relações sociais é historicamente datada e culturalmente localizada. Isso implica em entender “que os sentidos são construídos por termos a partir dos quais os sujeitos compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta” (Spink 2004:41). Buscando possíveis ressignificações, posicionamentos diante das relações sociais interpretando a dinâmica dos elementos constitutivos da vida cotidiana através das práticas discursivas apresentadas.

Isso se incorpora diante da compreensão do conhecimento, digamos mais concreto, que as pessoas têm da realidade. Pois, ela sendo construída socialmente, isto é, sendo a realidade um produto humano em sua objetivação do real, apreender o que o sentido do “outro”, com suas

⁹ Ver Mary Jane Spink (2004), que aborda a construção dos sentidos sob uma abordagem construcionista, dentro da psicologia social.

interações, verificando como os sujeitos vêem esta nova perspectiva habitacional é fundamental para compreendermos a própria dinâmica da vida destes sujeitos.

Souza (1995, p.20) aponta que “dar voz ao outro tem um outro e profundo significado. Aprender vivências que não são objeto de preocupações do poder instituído, aprender pontos de vista dos excluídos socialmente, cuja exclusão já começa pela própria falta de acesso”, é prerrogativa para entender as reais significações da política habitacional rural. Souza (1995, p.10) ainda considera que são “nos discursos que encontramos o sentido das coisas, nas quais os sujeitos se revelaram em seus novos espaços”.

Entendendo o sentido desta política ao “outro”, realizando uma pesquisa qualitativa, apresentamos as entrevistas realizadas caracterizando aqui quem foram os entrevistados. Três agricultores familiares, sempre com o casal, de microrregiões distintas:

- entrevistado e entrevistada 01 de Quilombo _ Linha São José: tem duas filhas, residindo também o pai e a mãe da esposa, que reformou sua moradia através do programa Crédito Solidário;
- entrevistado e entrevistada 02 de Xavantina _ Linha Pinhal Preto: tem um casal de filhos e moram sozinhos na zona rural, que construiu uma nova moradia utilizando o programa CCFGTS – Operações Coletivas modalidade caução;
- entrevistado e entrevistada 03 de São Miguel do Oeste _ Linha Emboaba: tem um filho de sete anos e concluiu e ampliou sua moradia por intermédio do programa CCFGTS modalidade Seguro de Crédito. O casal saiu do interior para tentar a vida na cidade de São Miguel do Oeste. Ele se formou em técnico de enfermagem e ela em técnico de alimentos. Há quatro anos voltaram para a zona rural, quando foram residir com os pais do Entrevistado.

A divisão das entrevistas em três municípios diferentes, abrangeu três distintas microrregiões do Oeste Catarinense: Quilombo – AMOSC; Xavantina – AMAUC; e São Miguel do Oeste – AMEOSC.

Também foram entrevistados os agentes operacionalizadores do programa de habitação rural:

- entrevistado 04 representante da Redur Chapecó, pela CEF: filho de agricultores familiares, reside em Chapecó desde o ano de 1988, sendo formado em administração com pós em gestão empresarial, trabalhando na CEF desde 1982;

- entrevistada 05 representante da Cooperhaf Santa Catarina: agricultora familiar e sindicalista, reside no município de Quilombo, tem três filhos, estando a frente da entidade desde sua fundação, em 2001.

3.2.1 Cooperhaf e CEF: a visão dos agentes institucionais dos programas habitacionais

O enfrentamento massivo do problema da habitação no país exige a estruturação de uma rede de agentes promotores locais, capazes de implementar uma gama diversificada de programas e projetos habitacionais. “A descentralização de estrutura, responsabilidade e recursos, é um aspecto indispensável para o sucesso da estratégia estabelecida” (INSTITUTO CIDADANIA, 2000, p.28).

Idealizado nesse contexto, a CEF, principal promotora junto ao Governo Federal da política habitacional há décadas, descentralizou alguns serviços e criou um novo setor interno para atender a problemática. Essa descentralização, inicialmente administrativa, configurou um

primeiro passo na busca de um atendimento adequado e de verificação de demandas locais. Foram criadas as Representações de Desenvolvimento Urbano (REDUR) da CEF, que fazem o acompanhamento e avaliações de projetos de diferentes áreas, como habitação, saneamento e infra-estrutura. Essas representações possibilitam uma intervenção mais próxima junto às entidades e a população, possibilitando assim perceber a real demanda. Dessa forma, facilita o acesso à informação, ao objeto proposto, aumentando a possibilidade de liberação de recursos para os projetos requeridos. Apesar disso, observa-se que o pensar políticas públicas e o atendimento ao meio urbano permanece antecedendo ao rural. Isso se demonstra na própria denominação do setor da CEF, onde o urbano aparece em destaque.

Em Santa Catarina, anteriormente à criação das Redur's, os municípios ou entidades se deslocavam até a capital do estado para enviar projeto e fazer requisições. Hoje há quatro Redur's em Santa Catarina¹⁰, sendo uma em Chapecó, que atende 127 municípios, tendo como área de abrangência desde o extremo oeste até o planalto norte catarinense.

Essa descentralização dos serviços aliou-se à descentralização também dos recursos. Os investimentos da política habitacional em décadas anteriores eram exclusivamente para atender a classe média urbana brasileira. A classe de baixa renda não tinha acesso ao crédito habitacional, ficando à margem das políticas adotadas pelos governos. De acordo com Maricato (1987:75), a maior demanda está concentrada na população de menor poder aquisitivo, necessitando de programas que os atendam.

O entrevistado 04 pondera que, não somente a política habitacional rural, mas também àquela voltada ao espaço urbano tem pela primeira vez a lógica direcionada para a população pobre:

No urbano tiveram diversos momentos em que houve investimentos fortes, depois se retraiu de novo, mas assim sempre pior [...] nunca com o objetivo de atender essa demanda que nós estamos atendendo hoje, que é o pessoal de baixa renda e, principalmente nesse caso, que trabalha na agricultura. Primeiro foram feitos alguns projetos pilotos pra ver de que forma se aplicariam esses recursos na área rural. Então em 2004 se iniciou um projeto piloto com a Cooperhaf no sul do país,

¹⁰ As Redur's estão, além de Chapecó, em Blumenau, Joinville e Criciúma, sendo que em Florianópolis localiza-se a Gidur (gerência regional das Redur's).

inclusive tinha um normativo exclusivo para a Cooperhaf, para financiamento de material de construção para a área rural. (entrevistado 04).

A entrevistada 05 observa as difíceis condições dos agricultores familiares e a necessidade de inclusão social destes nas políticas existentes:

Nós atendemos agricultores familiares, em sua maioria que sozinhos não tinham condições de reformar ou construir sozinhos suas casas, principalmente depois de constantes crises, que descapitalizou o agricultor. Essa é uma forma de inclusão dos agricultores. (entrevistada 05).

Ao propiciar a política de habitação àqueles que historicamente foram excluídos, modificou-se também a lógica agrícola, que mais do que a produtividade da propriedade, priorizou-se as pessoas que ali residem e se relacionam. Para estas famílias os financiamento de chiqueiros, aviários e maquinários passam a ficar em segundo plano, se destacando agora a necessidade de bem estar e qualidade de vida das famílias agricultoras, que passa necessariamente pela habitação.

Os entrevistados ponderam da importância desta política na vida dos beneficiários e a mudança na lógica da observação de investimentos da área rural:

Não adianta você ter recursos somente pra financiar galpões ou chiqueirões se você não consegue dar uma melhor qualidade de vida pra esse agricultor. É uma forma também de distribuir renda e de estar melhorando a qualidade de vida das pessoas. (entrevistado 04)

A preocupação com a propriedade é importante, pois é dali que tu tira o teu sustento. Mas o ambiente, o local onde tu mora com a tua família é bem mais importante [...] Um animal não pode viver melhor do que uma pessoa, e era isso que muitas vezes acontecia. (entrevistada 05)

Em outro momento, a Entrevistada 05 considera:

Muitas vezes o agricultor precisava somente de um empurrão pra melhorar sua auto-estima. Você vê quem é que não fica melhor com a casa reformada, com uma casa

nova. É uma satisfação sentida no rosto das pessoas quando a casa tá pronta. Os recursos foram um empurrão pra melhorar a vida, a auto-estima dos agricultores. A melhor coisa é tu chegar pra visitar a casa pronta e eles vir te receber dizendo que era um sonho, agora eu tenho minha casa. (entrevistada 05)

Melhorar a vida do agricultor familiar é fundamental, mas necessita-se também conhecer quem são estes sujeitos para a implementação de políticas efetivas, e voltadas à realidade rural. A diferenciação de categorias colocado por Silvestro (2001): os capitalizados, os em transição e os descapitalizados possibilita-nos conhecer melhor os agricultores familiares da região. Dessa forma se proporcionará uma política agrícola inerente a esse segmento social, seja na sua idealização ou na sua implementação.

Conhecer as demandas com que são trabalhadas é uma das principais características colocadas pelos entrevistados na implementação destes programas,

Tá mais próximo das demandas, daquelas pessoas que precisam, e é uma possibilidade de saber com quem estamos trabalhando [...] e não precisam toda vez os municípios e as entidades estar se deslocando até a capital para buscar informações e encaminhamento de projetos. (entrevistado 04).

A Cooperhaf nasceu da necessidade da Fetraf suprir a demanda de habitação, por isso nós atuamos nos sindicatos, na base, desde que este esteja organizado. Isso nos permite conhecer quem é o nosso público, pra quem a gente tá trabalhando. Além do mais, a maioria dos nossos colaboradores têm alguma ligação com a agricultura familiar, isso facilita o trabalho, pois mesmo quem faz o trabalho burocrático sabe pra quem e pra quê nós trabalhamos. (entrevistada 05).

Conhecer a demanda que será trabalhada é o primeiro passo para realizar um trabalho satisfatório. A Cooperhaf é uma cooperativa de habitação dos agricultores familiares, que também é dirigida por agricultores familiares. Esse conhecimento da realidade se dá pois a Cooperativa tem entre seu quadro de colaboradores pessoas ligadas à agricultura familiar, seja por seus pais, avós ou familiares próximos. Vale ressaltar que vários destes colaboradores iniciaram trabalhando nos sindicatos municipais. A própria direção da Cooperativa é formada somente por agricultores familiares, que também são diretores sindicais.

Este contexto fortalece a Cooperativa no condizente à compreensão da realidade, percebendo o agricultor familiar como sujeito de direito, e por conseguinte, a habitação como ampliação da cidadania. Ao mesmo tempo condiciona a atuação com a necessidade de organização dos sindicatos para acessar os programas habitacionais, outro meio para fortalecer a agricultura familiar.

Os agricultores familiares necessariamente têm que acessar o programa de forma coletiva, ou seja, tem que haver uma organização entre os agricultores através de grupos específicos, conforme enquadramento do programa. Esta organização é feita pelos sindicatos rurais, que contam com assessoria da Cooperhaf. Os entrevistados apontam como fundamental este tipo de organização, pois dessa forma se permite que haja uma melhor aplicação dos recursos, com acompanhamento da equipe técnica da entidade.

Até porque não tinha como tá atendendo a cada um individualmente e o próprio programa prevê isso, que se trabalhe de forma coletiva. Então não tem como atender individualmente um ou outro agricultor, até pela demanda que se tem. (entrevistado 04).

Quanto mais organizado o sindicato, melhor pra nós trabalhar e também bom pro agricultor, pois sindicato organizado é sindicato forte, e o sindicato tem uma atuação maior do que só a habitação. A própria Cooperhaf tem uma atuação maior do que o habitacional. Vamos além da casa: temos capacitações com as famílias sobre sindicalismo, cooperativismo, organização da propriedade, horta, pomar, jardim, gênero, a gente não só quer construir a casa e reformar, mas capacitar a família, porque não podemos só fazer a casa e pronto. Essa formação é feita durante a obra, em encontros que a família participa do projeto social. (entrevistada 05)

Com a inserção da Cooperhaf na implementação desta política pública, nota-se a mobilização de entidades em torno da proposta de habitação rural, na qual o Estado tem um papel fundamental, mas não mais exclusivo. A organização da sociedade civil se torna fundamental nesse processo para concretização de uma proposta inovadora no país até então. “Esse movimento não é tão somente desejável como indispensável, para que o direito à moradia integre a construção de um projeto nacional, cuja sua continuidade e sua plena realização seja

garantida para além das mudanças de gestão de Estado” (INSTITUTO CIDADANIA, 2000, p.11).

Enfrentar o problema da moradia exige ações continuadas e permanentes, articulando diferentes níveis da administração pública e da sociedade. “Orientar a atuação e percepção da moradia, no seu princípio e diretriz como direito social, é conceber a moradia como digna e um padrão mínimo que garanta qualidade e conforto vinculado à infra-estrutura básica (água, energia elétrica, esgoto adequado) e com equipamentos comunitários (educação, saúde, transporte, lazer, etc),” (SILVA COSTA, 1995, p.54). Isso requer que a política habitacional seja articulada às demais políticas setoriais, bem como com a inserção de diversas instituições e entidades afins, garantindo sua função social.

A participação de diferentes tipos de agentes descentralizados, a quem cabe o papel de intervenção junto ao usuário final, torna-se decisiva para o sucesso da proposta [...] Conhecendo as realidades locais e regionais, estes agentes podem buscar soluções mais baratas e apropriadas, garantindo melhores resultados em termos de qualidade, custo e participação popular (INSTITUTO CIDADANIA, 2000, p.20).

Neste novo contexto de implementação de políticas públicas, a responsabilidade sai exclusivamente das mãos do poder público, dividindo com organizações, entidades e instituições. Silva Costa (1995, p.39) aponta que “as cooperativas habitacionais deverão ser incentivadas como alternativa de produzir e financiar moradia para os segmentos que até hoje não foram contempladas pelo Estado”. Aliada a construção das moradias deve haver firme preocupação com a qualidade de vida, além de uma boa infra-estrutura. Esta visão rompe com aquelas setoriais das políticas públicas tradicionais e segmentadas.

A ampliação do papel do Estado como agente indutor de políticas sociais, deve articular a implantação de práticas descentralizadas que insira o envolvimento da sociedade no processo de ampliação da cidadania. De acordo com Jacobi (2005, p.34) isso “consolida propostas participativas de ampliação de práticas representativas da sociedade civil organizada, através de

um conjunto de mecanismos institucionais que reconheçam direitos efetivamente realizáveis ou implementáveis”.

A transferência de funções que ora são exercidas pelo poder público deve enquadrar-se no que podemos chamar de cooperação, com as instituições da sociedade civil. A perspectiva de descentralização da implementação das políticas públicas, torna-se pressuposto de uma descentralização político-administrativa, dando autonomia de trabalho às cooperativas e associações. Isso amplia os direitos, e consolida a participação da sociedade civil na gestão pública, permitindo mais eficiência aos recursos públicos, gestando-os para aqueles que sempre foram excluídos das políticas sociais.

Sobre isso, os entrevistados apontaram,

Essa descentralização dos serviços da CEF auxiliou e muito no conhecimento da demanda que se trabalha. Até por que se nós pegarmos de dois, quatro anos atrás não existia isso. Fomos aprendendo e a gente fica muito feliz por ver a coisa realizada. Quando chega a hora de assinar contrato, quando chega a hora de entregar a casa, aí vamos ver a casa, é...ufa! É, realmente a coisa tá acontecendo. (entrevistado 04)

O que nós estamos mostrando pra todo mundo ver é que dá pra utilizar bem o dinheiro público. Querendo ou não nós contribuimos com a gestão dos programas, são quase cinco mil casas nos três estados do sul, e aqui em Santa Catarina atendemos cerca de cem municípios, através dos sindicatos né, e já são mais de duas mil casas [...] A gente envolve as famílias nas capacitações do projeto social, os sindicatos, os coordenadores municipais de habitação, todo mundo envolvido num projeto de melhoria da vida do agricultor. (entrevistado 05)

A Cooperhaf, nestes quase cinco anos de fundação, tem mostrado que este novo conceito de descentralização da gestão das políticas públicas tem resultados significativos. A importância da implementação desta política ao meio rural se observa pelos números atendidos pela cooperativa de habitação até hoje. Somente pelos programas Crédito Solidário, em menor escala, e CCFGTS, quase que em sua totalidade, estão sendo construídas 2.556 moradias no estado de Santa Catarina, sendo 2.298 na região Oeste do estado. Estes números foram

repassados pelo departamento de engenharia da Cooperhaf e referem-se ao ano de 2005 e 2006, entre casas já construídas, reformadas e aquelas que estão em andamento.

O que nos chamou a atenção foi o fato de como o representante da Redur observa o trabalho da própria instituição financeira. Relata o constante anseio pela lucratividade e a incessante busca pela acumulação de recursos financeiros. Ao mesmo tempo condiciona o existir da CEF tanto pelo seu papel social, sendo que um não poderia estar desvinculado de outro, ou seja, não haveria o porquê da CEF existir, enquanto órgão estatal, se não tivesse seu caráter social.

A CEF é um banco lucrativo e precisa ser. Agora, o objetivo principal da CEF é ser um banco social, um banco que atenda as necessidades do governo, da população, que é um braço direito do governo nas políticas sociais [...] é uma mescla que tá dando certo, porque se trabalhar somente o comercial também não tem sentido, porque aí seria um banco como qualquer outro, porque poderia privatizar e não teria porque a CEF existir. (entrevistado 04)

Sendo o primeiro momento na história do país que se desenvolveu uma política de habitação rural, vários são os desafios que se colocam para melhorar ainda mais estas políticas. Os dois entrevistados ponderam que necessariamente deve haver mudanças na estrutura do programa, mas sem perder o foco do objeto principal: a melhoria da qualidade de vida do agricultor. Um aspecto a ser apontado está no fato de que aqueles agricultores que não têm condições de realizar a contrapartida exigida pelo programa CC FGTS – Operações Coletivas, não acessam o direito a habitação. Estes sujeitos estão na tipologia periférica de agricultores familiares discutida anteriormente.

Sobre essa primeira experiência, os entrevistados analisaram:

Como uma primeira experiência de habitação rural foi válida, mas o programa dever ser aprimorado, abrangendo uma parte da população que não conseguiu enquadramento, seja por não ter condições de dar a contrapartida ou outros fatores. (entrevistado 04).

De início o programa é bom, mas temos que construir uma proposta ainda melhor. Melhorar o subsídio, ampliar ele, porque hoje ou você tem uma renda de um salário ou acima de R\$ 600,00, aí você se enquadra ou no caução ou no financiamento, com um valor base pra todos, seja pra aquele que tem R\$ 600,00 de renda ou aquele que tem R\$ 1,000,00 de renda. As parcelas vão ser bem mais pesadas pra quem ganha R\$ 600,00 né. Distribuir melhor o enquadramento, diminuir o piso mínimo de rendimento e aumentar o subsídio. (entrevistada 05).

A implementação dos programas habitacionais a realidade rural tornou-se, para os representantes dos agentes institucionais, uma experiência consolidada pela forma de gestão descentralizada das políticas sociais. O Estado passa a responsabilidade de gestão a instituições e entidades que conhecem quem a demanda. Isso se transforma em melhores investimentos e eficiência dos recursos disponibilizados. Sendo a primeira experiência no País, os representantes dos agentes institucionais apontaram para a satisfação em ver os resultados obtidos até o momento, seja tanto nos números de moradias implementadas, quanto na melhora da qualidade de vida dos beneficiários.

Apesar de não citarem a categoria direito, os entrevistados expressaram em suas falas que esses programas possibilitaram acessar um algo que nunca antes fora destinado para a zona rural. Apontaram a necessidade de ampliação dos recursos e de maiores especificações dos programas, oportunizando a uma maior quantidade de famílias acessarem os programas existentes. O sentido desta política para eles está estreitamente ligado à satisfação e a melhora de vida dos agricultores.

3.2.2 Agricultores Familiares: o sentido da moradia digna

A nova configuração da política habitacional enquanto possibilidade a zona rural, reforça a necessidade de estudos sobre tal demanda, identificando mais do que a obra física,

mas a família beneficiada, aquela que vivencia cotidianamente o meio rural, que vive, que sente, que expressa sua vida dentro deste meio.

Como vimos anteriormente, a política social do Estado atuava apenas na função de amenizar as tensões das necessidades imediatas da população, sendo que nem todas estas necessidades eram supridas. Envolvida nesse processo, a habitação também se evidenciou nesses moldes de investimentos, ficando historicamente como secundária nos investimentos realizados pelo Estado. Esse contexto se aprimora ainda mais quando falamos de habitação rural, principalmente pelo inexpressivo investimento público em comparação com o urbano.

Silva Costa (1995, p.52) considera que as expressões da “questão social exercem importante papel neste sentido, entre elas, àquelas que dizem respeito às suas más condições de habitação e a todos os problemas que os cercam, tais como: precárias condições sanitárias das áreas rurais, analfabetismo, [...]”. Por isso é necessário verificar as condições anteriores de moradia dos entrevistados, percebendo as dificuldades encontradas por esses em suas habitações.

A precariedade das antigas moradias e falta de infra-estrutura são verificadas nos relatos. Uma família residia em uma moradia sem condições necessárias à habitabilidade saudável e segura. Outra aponta para a necessidade que se fazia da reforma da moradia e a terceira para as dificuldades de conclusão.

Era uma casa mais simplesinha. Os cômodos são os mesmos, a varanda tava meio ruim Não era pintada há uns 15 anos, o coberto era metade de zinco, não tinha dispensa e o banheiro era meio complicado [...] Antes era uma goteira atrás da outra. Nem dava pra conversar direito pelo barulho. Imagina, era cobertura metade de brasilit e metade cobertura de zinco. Agora nem precisa mais colocar as panelas pela casa, por causa das goteiras. Quando chovia a gente tinha que falar forte pras pessoas aqui dentro se escutar. Agora chove, dá uma pancadona, um temporal e a gente pensa que é uma garoa. (entrevistado 01).

Nossa casa antiga era muito ruim, muito velha. Ela tava com 58 anos. Não tinha nem mais como reformar, tava tudo caindo já. Os pilares de madeira estavam tudo podre. Podre porque com 58 anos calcula, ela agüentou até demais. Já tava perigosa até pra nossa segurança. (entrevistado 02).

Ela tava no tijolo, sem reboco interno, sem reboco externo, sem abertura, sem forro, sem cerâmica [...] faltava tudo, porque a gente conseguiu erguer só o esqueleto dela. (entrevistado 03).

Um relato que chamou a atenção do entrevistador foi dado pela Entrevistada 01. Considerando alguns aspectos da estrutura da antiga casa colocada por ela como insatisfatória, envergonhava-se em receber visitas em sua antiga moradia.

Tinha minha mãe que tava doente, era nessa época do ano passado, ela ficou uma semana no hospital, deu alta e voltou pra casa. Mas olha, era todo dia visita. A casa sempre cheia de gente. E do jeito que tava eu ficava até com vergonha de receber as visitas. A gente até recebia as visitas, mas não com muita vontade sabe. Agora a gente faz questão, tem prazer que o pessoal venha visitar. (entrevistada 01).

Também a dependência de familiares tornou-se motivo de descontentamento para os entrevistados 03. Para esta família, depender do favor de pessoas da família, repartindo seu espaço, tornou-se motivo de constrangimento. A sensação de estar atrapalhando mostrou-se nítida durante a entrevista.

Nós voltamos e fomos morar com o pai e a mãe até a gente ter a nossa casa. Mas sabe como é né, aquilo não era da gente. Era um favor que eles estavam fazendo. Muitas vezes eu até ficava sem jeito. Mesmo eu sendo filho deles, mas com família já, ficava meio assim... Desde que a agente é casado, há seis anos, um dos objetivos era ter nossa casa. Aí a gente ter as nossas coisas, a nossa casa, construir a nossa família. Eu acho que tem aquilo também, que quem casa quer casa, é um ditado antigo, mas verdadeiro [...]. (entrevistado 03).

Esses relatos mostram as condições antigas da moradia, a precariedade destas e a necessidade de reformar ou construir uma nova. Mas o que leva as habitações a estarem nestas condições? Aliada a falta de políticas efetivas que busquem qualidade de vida ao meio rural e as crises do setor, Silva Costa (1995) aponta para outra prerrogativa, agora cultural. O autor considera que também pode ser explicitado devido a falta de cultura na aplicação em bem-estar.

Quando surge a oportunidade de aplicar algum capital na melhoria do seu padrão de vida e de sua família, deixa de fazê-lo por considerar um investimento inútil. A própria incerteza de bons resultados na colheita o torna tímido com relação a investimentos [...] fato de sempre existir uma casa para morar que bem ou mal atende as necessidades da família, contribui para agravar a problemática. Muitas

vezes, a falta de noções básicas de higiene, além de constante moradia em habitações inadequadas, impedem ao agricultor avaliar melhor ou estranhar o ambiente em que mora. (SILVA COSTA. 1995, p.64).

Isso pode estar ligado ao fato de que nunca houve uma preocupação maior com o estado da moradia na zona rural, seja pelo poder público ou pelo próprio agricultor. Silva Costa verifica assim a necessidade de sensibilizar o agricultor a conservar sua moradia e seu ambiente. “Os desequilíbrios sociais, agravadas pela educação das famílias rurais, impede que haja entre elas o anseio, o desejo de possuir, como coisa primordial, uma casa a altura das necessidades e da dignidade humana” (DUPRAT, 1960 apud SILVA COSTA, 1995, p.62). Isso pode ser observado pela falta de oportunidade e pela dificuldade financeira que os agricultores passaram e continuam passando nos últimos anos.

Considerando a casa como centro da propriedade, onde as relações familiares e sociais são estabelecidas, sendo que, conseqüentemente, habitar é uma necessidade do ser humano, esta tem uma importância fundamental na vida das famílias.

O sentido da habitação rural para os agricultores familiares foi abordado como principal questionamento durante as entrevistas. Foi unânime a constatação de que houve mudanças. Estas mudaram efetivamente a qualidade de vida das famílias entrevistadas, percebendo uma significativa melhora na auto-estima. Todos responderam sobre a importância de ter sua casa nova ou reformada, sobre o sentimento da família frente a isso.

A família sempre tava meio triste antes da reforma, digo isso porque agora todo mundo tá mais faceiro, dá até mais vontade de trabalhar. A gente se sente mais feliz, fica mais alegre. Agora vamos fazer um jardim, mudar o pomar. Mas tá 100% melhor, faz bem até pra saúde da gente, até parece que a gente vive mais tranquilo. Pois olha, no final da tarde sentar na varanda e tomar um chimarrão, não tem coisa melhor [...]. (entrevistado 01).

A gente se sente mais feliz, com ânimo até pra trabalhar e ficar na agricultura, de ficar na roça, porque ter uma boa casa pra morar a gente se sente realizado...desde pra receber uma visita, bem melhor agora [...] até pra mudar de vida, porque tá bem melhor agora. (entrevistado 02).

Na verdade, a gente tá realizando um sonho. Ficou do jeitinho que a gente queria e sonhava inclusive. Graças a Deus tá construída...tá aí, a terra paga e a casa pra nós morar pronta. Dá pra começar uma vida nova... Meu Deus do céu! Pra nós é um sonho, não via a hora que eles terminassem pra ir morar na minha casa. (entrevistada 02)

É uma alegria pra nós estar morando na nossa casa, construindo a nossa família, tendo as nossas coisas, porque desde que a gente iniciou nossa vida junto, o maior incentivo era ter a nossa casa. Porque além da nossa casa a gente tem o nosso trabalho lá pertinho, é uma satisfação pra nós [...]. Além de estar desfrutando da casa nova e desfrutando com minha família, esse objetivo a gente sempre quis, desde o início. (entrevistado 03)

É uma satisfação a gente tá trabalhando lá e no final do dia de trabalho, final da tarde, depois do trabalho, você vir pra casa e ficar na sua casa, bem apresentada. É uma questão e até uma forma de valorização do trabalho aqui no campo...É uma questão de bem-estar, da gente chegar no final da tarde, poder chegar na sua casa é uma satisfação. (entrevistada 03).

Essa importância na vida das famílias é registrada pelo sentimento de bem-estar propiciado. Sentir-se bem, alegre, dando mais vontade de trabalhar é registrado como um momento de superação de qualquer dificuldade enfrentada. Um melhor estado de espírito tem consequência direta no relacionamento entre os familiares. Isso também é afirmado por Dallari (1998), destacando que a moradia deve ser o local onde as pessoas encontram além de seu abrigo um lugar de repouso físico e espiritual. A declaração da entrevistada 02, quando da realização de um sonho, permite envolver nesse contexto planos de anos de vida, podendo agora, enfim, tornar realidade um querer antigo. Isso comprovou-se na hora da entrevista, quando a entrevistada lacrimejou de satisfação ao relatar tal fato.

Percebe-se que é cada vez mais necessária a incorporação da política habitacional como instrumento de inclusão social e de melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. A concretização da cidadania passa também por uma moradia digna e saudável, com uma infraestrutura adequada.

Esses sentimentos contrastam com a impossibilidade, e ao mesmo tempo a frustração demonstrada em suas faces quando perguntados se não fosse essa política habitacional, teriam como construir ou reformar. Foram veementes em explicitar que não tinham possibilidades com seus próprios recursos de conseguir tal realização.

Não teria como reformar. Quantos anos que a gente tá trabalhando aí e a gente nunca sobra quase dinheiro. A casa aqui tava pra ser reformada já há 10 anos atrás. Só que a gente não sobrava. Começou agora com esse programa que é bom e deu pra fazer, senão nós não conseguia. Se não fosse através disso não conseguia reformar, até pela dificuldade que a gente tem não seria tão fácil sobrar dinheiro. (entrevistado 01)

A não tinha, não tinha. Que nem agora se não tivesse essa ajuda de custo não tinha como. Eu não tinha condição de construir uma casa nova assim sem ajuda do governo federal e também do pessoal do sindicato e da Fetraf. Se não fosse assim não tinha condições de jeito nenhum pra fazer, construir essa casa. (entrevistado 02).

Olha, atualmente eu acredito que sem o programa não teria como concluir a nossa casa. A gente só conseguiu terminar ela por isso. Senão a gente ia ficar com a casa aí pelo menos mais cinco ou seis anos para concluir a casa. Agora se esse programa fosse feito há anos atrás, aí muitas casas que hoje precisam de uma reforma não estariam nessas condições que estão hoje. (entrevistado 03).

A importância dos programas habitacionais, demonstrado pelos relatos acima, apresenta sua necessidade de implementação ainda maior na agricultura familiar. Possibilitar essas construções ou reformas, como colocado por dois entrevistados, incentiva a permanência no campo. Os próprios entrevistados apresentaram as dificuldades do cotidiano no campo, alguns até pensando em determinado momento em deixar a agricultura familiar e morar na cidade.

A coisa tá meio feia. Sem preço, sem mercado e com seca ainda. Faz três anos que estamos em uma crise meio braba. Planta grão não dá mais, o leite caindo o preço. Mais a gente trabalha e menos a gente faz. Pra ser agricultor tem que gostar mesmo, porque senão [...]. (entrevistado 01).

Com a seca tá difícil. Mas a gente não pode desanimar também. Se fosse olhar a agricultura é ruim, é ruim porque é três anos de seca direto, é três anos e a gente faz um pouquinho de milho pra manter o gado de leite e a coisarada que tem, só pra viver. Se caso o agricultor não tivesse acesso ao crédito, que começou faz pouco tempo também, se não fosse isso os colonos iam tudo pra cidade [...] Uma época nós tinha pensado em ir pra cidade, mas hoje não, porque com uma casa dessa dali nós vamos ficar morando na agricultura. A casa nova com certeza é mais um motivo pra nossa permanência [...]. (entrevistado 02)

Tem que criar alternativas senão você não sobrevive. Faz pra comer e deu. Nós voltamos pra agricultura pra mexer com leite. Estamos iniciando uma pequena agroindústria familiar de leite, pra comercializar o que produzimos na propriedade. [...] Aí o pessoal criticava: o que que estes loucos vem fazer na roça? Porque minha

esposa é técnica de alimentos e eu sou técnico de enfermagem. Com o tempo nós se estruturamos, vendemos a nossa casinha no bairro da cidade e começamos de novo aqui no interior. Enquanto uns saem da roça nós voltamos. Por enquanto tá indo, meio difícil, mas tá indo. (entrevistado 03).

Os relatos nos apresentam a necessidade de ampliar as políticas públicas para a zona rural. As dificuldades enfrentadas e relatadas nas entrevistas mostram o aumento da pobreza no campo e a perda do poder de acumulação financeira e, conseqüentemente, de consumo desta população. Na década de 1990 Silva Costa (1995, p.43) apontou que “muitos fatores contribuem para o empobrecimento e conseqüente esvaziamento das áreas rurais brasileiras. Entre eles destacam-se: o baixo nível de renda do campo, a falta de uma política agrícola que propicie ao agricultor familiar acesso à terra, além daquelas ligadas às questões sociais [...]”.

Enfrentar essa questão em sua base com a política habitacional, envolve mais do que simplesmente fazer casas. É possibilitar uma alternativa de permanência no campo, aumentar a auto-estima dos agricultores, proporcionar condições sanitárias adequadas e efetivar uma lógica de auto-sustentabilidade da propriedade. Mas como os beneficiários percebem isso tudo?

Verificando o grau de compreensão da população beneficiada sobre as políticas sociais e a cidadania através do alcance dos direitos sociais, perguntamos aos entrevistados se compreendem a moradia nova como um direito.

É um direito do colono sim. É anos de luta pelo sindicato pra se conseguir isso. Quem não quer uma casa boa né. Devagar as coisas vão sendo feitas. Por isso temos que colocar gente lá em cima que olhe pelo pequeno. Antes tu ia na cidade era gente construindo, a prefeitura fazendo casas e nós só olhando. Agora é nossa vez também. (entrevistado 01).

Aqui na nossa comunidade era até bonito. A grande maioria entrou nesse programa e conseguiu. Todo mundo tem o direito de ter a casa boa né. (entrevistada 01)

Eu, no meu ponto de vista, eu vejo assim como um direito do trabalhador. Eu acho que o governo reconheceu e reconhece um direito não só nosso, mas de todos os agricultores. Se antes tinha na cidade porque não tinha no interior? Isso serviu pra avalizar mais a agricultura, valorizar de onde sai o que a gente leva pra cidade [...]. (entrevistado 02)

Eu até vejo como um direito, um direito porque[...]até em função do trabalho, cada cidadão, dependendo do trabalho dele é merecedor, ter a casa [...] e surgiu a oportunidade e a gente conseguiu fazer. (entrevistado 03).

As respostas mostram que a nova moradia significa acesso a um direito. Fazem uma conexão entre trabalho e a moradia, onde pelos dias de labor na lavoura também são pessoas de direito. A inserção da categoria trabalho nas entrevistas foi uma constante. Sempre quando um entrevistado citava a satisfação pela nova moradia conseqüentemente incorporava em seu discurso um sentimento de maior vontade ao trabalho.

Incorporado a isso, também se verificou que a categoria direito para os entrevistados está intimamente ligada a categoria trabalho. Para eles o direito à moradia digna é pressuposto somente daqueles que trabalham. Isso se observa, segundo Renk (2000) pois o trabalho também é um aporte cultural, estando intimamente ligado ao grupo étnico em que o sujeito pertence. A autora retrata tal fato devido o Oeste Catarinense ter sido colonizado por imigrantes de origem européia, que incorporavam a idéia de trabalho como força física e atividade árdua. Esse fator é compreendido, pois o trabalho na roça é penoso e permanente, exigindo do agricultor força braçal e um grande tempo de labuta. Ao mesmo tempo em que interligam o direito ao trabalho, os entrevistados fazem uma comparação entre o rural e o urbano, aonde as políticas públicas a zona rural chegaram *a posteriori* do urbano.

A moradia tida como um direito amplia sua dimensão. Mais do que as quatro paredes vários outros aspectos se alteram na vida dos agricultores familiares. O saneamento básico é um deles. A preocupação com doenças decorrentes da falta deste não mais convive com as famílias. O ambiente se torna mais saudável, em contraposição ao que Silva Costa (1995) registra como predominante na zona rural. “A falta de banheiro e de fossa é uma característica predominante das zonas rurais brasileiras (idem, p.55)”.

Os relatos das entrevistas consideram que a melhora se deu como um todo, ampliando “o acesso à água limpa e ao saneamento básico, que é um indicador de desenvolvimento” (idem, p.58).

Antes da reforma a fossa não era como é agora. Tinha a fossa do banheiro, mas aquela que vinha da pia era a céu aberto. Agora já foi feito diferente, agora a água da pia segura a gordura e lá de vez em quando a gente sempre limpa. Antes era no céu

aberto. Agora a gente tá consciente que tem que preservar se a gente quer que vai bem. (entrevistado 01).

A gente tinha fossa pro banheiro, dizem aquela fossa negra, mas o esgoto da pia era a céu aberto. Agora é tudo padrão, inclusive previne de pegar alguma doença. (entrevistado 02).

Tá tudo dentro do que é exigido. Enquanto isso tá beleza. (entrevistado 03).

Essa consciência em relação ao meio-ambiente se demonstra também quando referenciada a questão de gênero. Todos os entrevistados relataram a participação da família no processo de decisão sobre a reforma ou construção, seja na forma de produção ou na definição de outros elementos, como pintura.

Pondera-se, porém, que as entrevistas foram realizadas em conjunto com o casal, o que possibilita uma ambigüidade entre as falas registradas e a prática vivenciada na propriedade.

A cor não sei se assenta, foi escolhida uma cor pelas filhas. Elas ajudaram a escolher a cor, de como pintar. A mulher quis caprichar na varanda um pouco mais. Acho que elas têm que falar pra fazer melhor, mais bonito. Ter mais uma opinião sempre é bom. (entrevistado 01).

Os filhos participaram desde a escolha da cerâmica até onde ia ser os quartos. A menina que escolheu, ela tem o quarto dela lá tranqüila, e desde a cor da pintura, o que eles achavam foi uma decisão conjunta da família, e sempre vai ficar em conjunto. Eles escolheram a cor da casa. Então tem a sala de uma cor, a cozinha de outra, tudo diferente. Eu achei bonito. (entrevistada 02).

A gente sempre conversa pra ver como pode ser feito melhor. Porque eu posso pensar dessa forma e ela de outra, mas eu não sei como ela pensa se nós não conversar. (entrevistado 03)

Algumas melhoras ainda devem ser realizadas nas propriedades das famílias entrevistadas. Em todas elas a preocupação com o jardim foi unânime. Refletiram que com a casa nova nada melhor do que manter os cuidados com o entorno da propriedade. Isso possibilita, além de manter uma boa aparência da propriedade, valoriza ainda mais esta. As famílias entrevistadas apresentaram planos para o embelezamento ainda maior da propriedade.

Nós já temos a grama aí, agora vamos fazer um jardim, um pomar, só que devagarzinho, porque no momento só conforme as condições. Nós temos uma horta aí de baixo, mas a gente tem plano de fazer mais aqui perto, tirar um pouco do arvoredo mais velho. Até pra criar um ambiente bom. (entrevistado 01).

A gente tá planejando fazer um bonito jardim, pra melhorar ainda mais, pra ficar ainda mais bonito. (entrevistada 02).

A gente quer fazer um jardim na parte da frente da casa, dar uma melhorada, mas isso é questão de tempo. Plantar uma grama, fazer um jardim, pomar. Até pra dar uma valorizada maior na propriedade. (entrevistado 03).

Moradia digna também é aquela com acesso a todos os serviços públicos essenciais por parte da população. Acima de tudo a moradia é um direito humano e como tal deve ser reconhecida e efetivada através de políticas públicas consolidadas. Encerro utilizando uma frase dita pelo coordenador geral da Cooperhaf no sul do país, em uma conversa informal sobre habitação rural, referindo-se aos projetos de engenharia: “Um projeto não é só um projeto, mas o sonho e a vida de várias famílias agricultoras que podem ter outra perspectiva”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incorporada como uma política social necessária à transformação da vida da população, a habitação rural condiciona novos significados do que é ter uma moradia. Conceitos e definições submergiram sob as perspectivas daqueles que são os maiores beneficiados, que sentem e vivem este direito. Entendeu-se estes sujeitos, suas visões dessas vivências, que sentido lhes atribuem, revalorizando o cotidiano e suas experiências de vida. Isso passou pelas transformações ocorridas desde a primeira política habitacional, que abriu as portas, mesmo que somente para alguns, da necessidade de implementação e debate sobre o tema, buscando incorporar o preceito de cidadania.

Ao falarmos sobre políticas públicas optamos não somente em fazer a crítica sobre os problemas relacionados com a falta delas ou sua ingerência, e sim, priorizarmos o conhecimento também voltado ao processo de construção e importância das políticas públicas, seus sujeitos, beneficiados e o significado de tais políticas na vida das pessoas.

Ao tratarmos da categoria cidadania ampliamos o conhecimento e o debate em duas áreas que outrora nunca tinham se cruzado, mas agora andam entrelaçadas: habitação e agricultura familiar. Ver os agricultores familiares como sujeitos de direito é o primeiro passo para a discussão sobre cidadania. Mas não basta relacionar a cidadania a direitos e deveres, mas entender como ela se expressa e passa por transformações ao longo dos tempos.

Esta política habitacional voltada aos agricultores familiares no Oeste Catarinense, é a ampliação da cidadania a estes sujeitos, que com o tempo, estão tendo seus direitos reconhecidos. Mas podemos constatar que muito ainda deve ser feito para que haja uma efetiva política habitacional rural, consistente e consolidada.

Abrir novas possibilidades de financiamentos, com novas modalidades de renda, fazendo assim com que os programas atinjam todos os agricultores familiares é uma necessidade. Aliado a isso, a ampliação do subsídio destinado aos agricultores mais carentes, bem como a criação de fontes de créditos para aqueles que não possuem os recursos para realizar a contrapartida exigida pelos programas se torna primordial para ampliar o acesso de

todos à habitação rural. Respeitando assim as particularidades e os arranjos familiares existentes em cada família.

Constatou-se que os agricultores familiares periféricos somente têm acesso a habitação rural quando estes são incluídos em programas como o Crédito Solidário ou PSH, onde não há a necessidade de contrapartida por parte do agricultor. Sendo que estes programas estão sendo pouco instituídos no Oeste Catarinense, verifica-se que os agricultores familiares periféricos não estão sendo incluídos de forma significativa na política de habitação. Assim, há a necessidade de ampliar os subsídios à habitação rural a este segmento, para que possam ser definitivamente incluídos na política.

Conclui-se que os agricultores familiares em transição são os maiores beneficiários da política de habitação através do programa CC FGTS Operações Coletivas. Estes agricultores têm condições de dar a contrapartida necessária ou contrair empréstimos para tal, mas nunca tiveram acesso a habitação.

A história da política habitacional no país demonstrou as fragilidades principalmente em se tratando de interesses da população pobre. Isso se reflete também nos programas habitacionais rurais que precisam, de acordo com os representantes dos agentes operacionalizadores, de modificações. Estes sujeitos, seja a CEF ou a Cooperhaf, que atuam cotidianamente com tais demandas, também julgam ser necessários ampliar as dimensões dos programas, aumentando a inserção de agricultores familiares neles. Fundamental foi implementar tais programas, agora se faz necessário ampliar e expandir o acesso a este direito. Mas isso não interfere na visão valorativa atual dos programas habitacionais, que pela primeira vez na história do país estão beneficiando a população rural.

Constatou-se que tanto a Cooperhaf quanto a CEF cumprem seu papel em implementar tal política habitacional, em uma região economicamente agrícola e necessitaria de moradia digna. Os programas estão sendo fundamentais para aumentar e até mesmo propiciar qualidade de vida aos agricultores familiares. A descentralização da operacionalização dos programas

habitacionais, seja dentro da CEF com a criação das Redur's, ou da Cooperhaf com a gestão local desta política, se configura como elemento primordial nos resultados obtidos até o momento. Essa descentralização da gestão da política ao nível de realidade local permite que as políticas públicas sejam oportunizadas realmente àqueles que são seus maiores demandatários. Isso porque os recursos são aplicados efetivamente ao que se propõe.

Outro fator do êxito de operacionalização da política habitacional rural na região Oeste Catarinense se dá pelo fato dos dirigentes, seja da Cooperhaf ou da CEF, conhecer as demandas, estando próximos delas. Conhecer o público alvo, a quem se dirige o trabalho realizado é uma das prerrogativas tanto para entender as necessidades da população quanto para buscar soluções às dificuldades encontradas para a melhor execução desta política.

Ao conhecer as condições anteriores de moradia, verificou-se a necessidade de uma política habitacional rural, principalmente por muitas moradias estarem sem infra-estrutura adequada. Esta realidade é entendida tanto devido ao atraso na implementação das políticas públicas ao meio rural, somente efetivado através do Pronaf no final da década de 1990, quanto pelas constantes crises que o setor passou ao longo dos anos na região, sendo a mais recente os três anos consecutivos de estiagem. Aliado a isso, a cultura de basear os investimentos somente em produtividade auxiliou nas más condições de moradias dos agricultores entrevistados. Estas moradias estavam saturadas, desgastadas pelo tempo ou com materiais inadequados para bom convívio familiar.

Diante do quadro apresentado, a nova moradia configura-se como instrumento para o aumento da qualidade de vida da população beneficiada. A moradia construída ou reformada transforma-se em realização de um sonho, em nova perspectiva de vida, uma nova vida no campo. A satisfação da casa nova é retratada por todas as famílias entrevistadas. Constatou-se que a moradia digna é uma forma de valorizar e propiciar àqueles que são contemplados com a política de habitação rural, além de qualidade de vida, perspectiva de manutenção dos

agricultores familiares no campo. A habitação passa a ser entendida não somente como a casa, mas todo o ambiente em que a família vive e se relaciona, seja entre si ou com o meio ambiente.

O sentido da nova moradia dos beneficiados está estreitamente ligado à questão do trabalho. O direcionamento à categoria trabalho aparece nas falas de todos os entrevistados, seja ao inserir a habitação rural como questão de cidadania ou ao explicitar a satisfação com a nova moradia. A expressão “vontade de trabalhar” foi unânime entre os entrevistados, indicando uma caracterização cultural do conceito de direito, onde somente tem direito aquele que trabalha, independente de condições, oportunidade ou contexto.

O sentido da habitação para os agricultores liga-se ao fato deles conceituar o merecimento da nova moradia baseando-se no cotidiano do trabalho árduo do campo. Para eles o direito a uma boa casa, uma casa digna deve ser resultado de trabalho e esforço. A nova morada insere ânimo e auto-estima para o trabalho, permitindo vislumbrar perspectivas melhores para a produção e para a vida.

Constatou-se que sem esta política habitacional os agricultores continuariam com suas casas a serem reformadas ou construídas. A impossibilidade de sozinhos melhorarem suas condições de moradia contrasta com a felicidade e o orgulho de ter uma nova casa. As constantes crises do setor, a falta de uma política de preço mínimo e as demais dificuldades encontradas no cotidiano da população, mostrou não interferir e nem diminuir o sentimento de bem-estar dos agricultores familiares com essa conquista.

A habitação para a população rural constitui-se como uma política efetiva de inclusão social deste segmento. A partir de 2003 começou a fazer parte das políticas públicas, tornando-se uma ação concreta para a superação das desigualdades regionais e sociais, sejam elas relacionadas às discriminações de gênero, local de moradia e classe. Consideramos a criação de mecanismos como a descentralização da operacionalização desta política como um marco, que se confirma nos bons resultados apresentados até o momento. Essa interação entre o poder

público, com instituições da sociedade civil potencializaram os recursos públicos investidos na execução destas políticas.

Como foi constatado anteriormente, algumas mudanças devem ser realizadas nos programas, facilitando sua operacionalização e ampliando o acesso de todos aqueles que necessitam de habitação rural. Como sugestão para novas pesquisas, sugere-se que sejam analisados aqueles agricultores que se inscreveram no programa de habitação, mas não puderam, por uma razão ou outra, acessar tal direito, verificando as razões para tal e as alternativas que poderiam ser criadas para incluí-los. Outra sugestão, levando em conta o percebido nesta pesquisa, é analisar as relações de gênero existentes nas famílias dos beneficiários, observando a relação entre o discurso instituído pelas famílias e a realidade encontrada em seu meio.

Concluindo, melhorar as condições de produção para os agricultores familiares é fundamental, mas a permanência no campo passa por uma vida melhor, com uma moradia digna, com serviços públicos adequados e com uma política pública voltada à ampliação da cidadania no campo.

Por fim, demonstrar minha satisfação em realizar este trabalho, pois o contato com os agricultores familiares foi um aprendizado de vida, que jamais será esquecido.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I.T.; FERRARI, D.; TESTA, V.M. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998

ABRAMOVAY, Ricardo. **De Volta para o Futuro: mudanças recentes na agricultura familiar**. Anais do I Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da Embrapa. Petrolina: Embrapa, 1995

BRASIL. **Política Nacional de Habitação**. Ministério das Cidades, Brasília, 2004

_____. TCU (Tribunal de Contas da União). Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina. Auditoria de Desempenho e Avaliação de Programas. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: avaliação das ações implementadas no Estado de Santa Catarina – Relatório Final**. Florianópolis: TCU, 2001

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Moderna, 1984

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. São Paulo: Papyrus, 1994

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 4. ed., São Paulo: Brasiliense, 2004

FERRARI, Dilvan Luiz. **Agricultura Familiar, Trabalho e Desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. 2003. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatísticas e Informação. **Déficit Habitacional do Brasil**. Convênio Ministério das Cidades. 2. ed., Belo Horizonte, 2005

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998

INSTITUTO CIDADANIA. **Moradia Digna**: um sonho realizável. Projeto Cidadania, São Paulo: 2000

JACOBI, Pedro. **Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002

JORNAL da CAIXA. **CAIXA assina contrato nº4.000 na Agricultura Familiar**. Edição de 23.06.06. Disponível em: Intranet: www.caixa/ . Acesso em: 24 jun. 2006

_____. **CAIXA assina contratos de habitação com 641 famílias agricultoras do Oeste Catarinense**. Disponível em: Intranet: <http://www.gidurfl.sc.caixa/>. Acesso em: 31 mar. 2006

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987

_____. **A produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994

RENK, Arlene. **Sócioidisséia às Avessas**. Chapecó: Grifos, 2000

SILVA, Marcos Rodrigues da. **A Fetraf-Sul / Cut e o Novo Sindicalismo**. Chapecó: Fetraf-Sul/Cut, 2001

SILVA COSTA, Carlos Eduardo da. **Habitação Rural: uma proposta de recionalização pela autoconstrução**. Seropédica: Edur, 1995

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989

SILVESTRO, Milton et al. (Org.). **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis/SC: Epagri/NEAD Brasília/DF, 2001

_____. **Transformações da Agricultura Familiar e Estratégias de Reprodução: o caso do Oeste Catarinense**. 1995. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995

SPINK, Mary Jane. **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004

SOUZA, João Carlos de. **Na Luta pela Habitação: a construção de novos valores**. São Paulo: Educ, 1995

STRAPASOLAS, Valmir Luiz. Visões de Mundo Rural dos Jovens: da invisibilidade social à busca da cidadania. In: _____. **Agricultura Familiar**. Florianópolis: Insular, 2004

TESTA, Vilson Marcos et al. (Org.). **O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense: propostas para discussão**. Florianópolis: Epagri, 1996

TOMAZI, Nelson Dacio. O que é Movimento Social. In: _____. **Iniciação a Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993

TUMELERO, Carla. **Políticas Sociais voltadas à Agricultura Familiar em Municípios da Amosc**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999

segue em anexo trabalho de conclusão de curso para disponibilização no site:

Diogo Gustavo Sordi
008123999-86
49 3324 6435

obra:

Habitação Rural: o sentido da nova moradia para os agricultores do oeste catarinense
Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ
Trabalho de Conclusão de Curso
Chapecó/SC
Novembro de 2006

Thank you for using a Creative Commons License for your work ""

You have selected the Atribuição-Vedada a Criação de Obras Derivadas 2.5 Brasil License. You should include a reference to this license on the web page that includes the work in question.

Here is the suggested HTML:

<!--Creative Commons License--><a rel="license" href="

```

nd/2.5/br/"></a><br/>Esta obra est&#225; licenciada sob uma <a
rel="license" href=" http://creativecommons.org/licenses/by-nd/2.5/br/>Licen&#231;a Creative
Commons</a>.<!--/Creative Commons License--><!-- <rdf:RDF xmlns=" http://web.resource.org/cc/ ;
xmlns:dc=" http://purl.org/dc/elements/1.1/"; xmlns:rdf=" http://www.w3.org/1999/02/22-rdf-syntax-ns#";
xmlns:rdfs=" http://www.w3.org/2000/01/rdf-schema#";>
  <Work rdf:about="">
    <license rdf:resource=" http://creativecommons.org/licenses/by-nd/2.5/br/"; />
    <dc:type rdf:resource=" http://purl.org/dc/dcmitype/Text"; />
  </Work>
  <License rdf:about=" http://creativecommons.org/licenses/by-nd/2.5/br/"><permits rdf:resource="
http://web.resource.org/cc/Reproduction"><permits rdf:resource="
http://web.resource.org/cc/Distribution"><requires rdf:resource=" http://web.resource.org/cc/Notice"><requires
rdf:resource=" http://web.resource.org/cc/Attribution"></License></rdf:RDF > -->

```

Further tips for using the supplied HTML and RDF are here:
<http://creativecommons.org/learn/technology/usingmarkup>

Thank you!
Creative Commons Support
info@creativecommons.org

"Poaretti ma maridai. Fin peca morir. "
Diogo Gustavo

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)